



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

MARIA ELIANE SAMPAIO CORTEZ

**AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO
ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE CASTANHÃO – CEARÁ, BRASIL**

FORTALEZA

2014

MARIA ELIANE SAMPAIO CORTEZ

**AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO
ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE CASTANHÃO – CEARÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Hídricos do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Hídricos.

Orientador: Professor Francisco Suetônio Bastos Mota, Dr.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós-Graduação em Engenharia - BPGE

-
- C858a Cortez, Maria Eliane Sampaio.
Avaliação participativa do reassentamento da população atingida pela construção do Açude Castanheiro – Ceará, Brasil / Maria Eliane Sampaio Cortez. – 2014.
96 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Hídricos, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Recursos Hídricos.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Suetônio Bastos Mota.
1. Recursos Hídricos. 2. Planejamento participativo. 3. Nova Jaguaribara. I. Título.

MARIA ELIANE SAMPAIO CORTEZ

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO
ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE CASTANHÃO – CEARÁ, BRASIL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Hídricos do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Hídricos.

Aprovada em 09 / 10 /2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Suetônio Bastos Mota
Universidade Federal do Ceará - UFC



Profa. Dra. Marisete Dantas de Aquino - UFC



Profa. Dra. Erika da Justa Teixeira Rocha - IFCE

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH-CE), e à Universidade Federal do Ceará (UFC), que, ao promover esse Mestrado, possibilitou a todos os participantes, especialmente aos técnicos da SRH e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), a oportunidade de aprofundar conhecimentos tão necessários ao nosso trabalho;

Aos atingidos pela construção do açude Castanhão, que possibilitaram a construção dessa obra de grande importância econômica e social para o Estado do Ceará e para a elaboração do presente trabalho;

À Prefeitura de Jaguaribara, na pessoa do Senhor Prefeito Francini Guedes, e aos coordenadores de cultura, Mariane, e da habitação, Jeso;

Ao Dr. Hypérides Pereira de Macêdo, Secretário dos Recursos Hídricos, a época da implantação do projeto, que me possibilitou trabalhar nessa área;

Ao Dr. Pardaillan, que, com sua disponibilidade e com seus livros, se constituiu fonte essencial de informações;

À Irmã Bernadete Neves, pelo apoio e informações, memória viva do histórico do reassentamento da Nova Jaguaribara, e pela luta pelos direitos do povo;

Ao Professor Dr. Suetônio Mota, pela orientação competente, disponibilidade, sem tal ajuda não teria concluído este curso;

À Aparecida Façanha, pela orientação na oficina de planejamento participativo;

À Ana Zenaide Quezado de Figueiredo, pela ajuda na discussão do trabalho;

Aos professores do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental e os convidados que tão bem desempenharam seu papel, em especial às professoras Dra. Ticiane Studart;, Dra. Marisete Aquino e Dra. Érica Teixeira;

À Terezinha, pelo apoio em todos os momentos e competência com que sempre nos atendeu;

E, aos colegas de curso, com os quais muito aprendi.

Dedico aos meus pais, Sebastião Porfírio Sampaio e Eliete Câmara Sampaio, meu marido, Amaurício Pereira Cortez (todos in memoriam), aos meus filhos, Isabela, Amaurício e Daniela e às minhas netas Lia e Bianca, pelo apoio e, sobretudo, pela compreensão por minha ausência em períodos tão importantes da vida em que tenho me dedicado aos estudos e à vida profissional. Em especial, ao meu filho Amaurício e à minha nora Miúcha, por todo apoio a mim despendido ao longo desse curso.

“Se fosse por mim, estaria lá onde eu morava. Às vezes a gente faz coisas que não são boas para nós, mas que são boas para o povo.”

SR. Francisco Saldanha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaribara

RESUMO

A construção do açude Castanhão, obra da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do estado do Ceará, se constituindo o receptor das águas da transposição do rio São Francisco, teve como um dos impactos mais relevantes o deslocamento da população residente na área necessária à implantação deste lago. Para construção desta obra, foram inundados 60 mil hectares, nos quais estava localizada a cidade de Jaguaribara, o distrito de Poço Comprido e grande número de população dispersa. Esta pesquisa é um estudo de caso, onde foram avaliados os impactos nas condições de vida da população diretamente atingida, com o intuito de subsidiar e ou aperfeiçoar as metodologias utilizadas pelo governo nas ações de reassentamento involuntário por ele empreendidas, de modo a imprimir melhorias econômicas e sociais aos atingidos pela implantação de obras hídricas. Este estudo se desenvolveu com aplicação de entrevistas e oficina de avaliação participativa junto à população residente, técnicos do governo e lideranças da sociedade civil. Na pesquisa foi utilizado como indicador do nível de renda, a opinião dos entrevistados sobre a situação em termos de renda, antes e depois do reassentamento, os projetos produtivos implantados e a continuidade das atividades antes desenvolvidas. Foram avaliadas as condições habitacionais, a qualidade de vida e a participação da população atingida, no planejamento e execução das ações que afetam a comunidade. Como resultado das entrevistas e oficina realizadas, constatou-se que a população participou ativamente das decisões relativas a todo o processo do reassentamento, como escolha da localização da cidade, tipos de habitação, fiscalização das construções, tipo de cemitério, entre outros. Como ponto principal nesse aspecto foi ressaltado com unanimidade a excelente atuação do Grupo Multiparticipativo instituído pelo governo, que cumpriu a função de informar e mediar conflitos envolvendo todas as questões relativas à construção do Complexo Castanhão, especialmente o reassentamento. Outras questões relevantes ressaltadas foram a melhoria das condições habitacionais e da infraestrutura da cidade nova e da melhoria dos serviços de educação e saúde. Como aspectos negativos foram ressaltados a não estruturação da cidade em termos de oferta de emprego especialmente para a juventude, perda do espaço de lazer para a população e principalmente o aumento do uso de drogas e criminalidade. Como principais recomendações, sugere-se a partir do material estudado, elaboração e implantação de políticas/ações de combate à droga e à criminalidade; continuidade do processo de capacitação e participação da comunidade na vida da cidade; implantação de atividades produtivas com absorção da mão de obra, especialmente voltada para a juventude; conclusão da implantação das atividades previstas pelo projeto ainda inconclusas. Especialmente com relação ao setor público, a grande recomendação é a garantia da compatibilização dos cronogramas na implementação das atividades/ações nos projetos em tempo hábil, de forma a não comprometer os resultados previstos.

Palavras chave: Reassentamento, açude Castanhão, Jaguaribara, planejamento participativo.

ABSTRACT

The construction of the dam Castanhão work of greater importance for economic and social development of the state of Ceará, to constituting receiving the waters of the transposition of the São Francisco River, had as one of the most significant impacts the population displacement in the area needed to deployment of this lake. To construct this work, were inundated 60,000 hectares, which located in the city of Jaguaribara and large number of dispersed population. This research constitutes a case study where the impacts were assessed in the living conditions of the population directly affected, in order to subsidize and or improve the methodologies used by the government in the actions of involuntary resettlement undertaken by him in order to print economic improvements and social to those affected by the implementation of water projects. This study was conducted with application of interviews and participatory evaluation workshop with the resident population, government officials and civil society leaders. In the sample survey were used as an indicator of income level, the views of respondents on the situation in terms of income, before and after resettlement, the implanted productive projects and the continuation of activities previously undertaken. Housing conditions, quality of life and participation of affected populations in planning and execution actions that affect the community were evaluated. From the analysis of the data and studies conducted conclude: As a result, the interviews and of evaluation workshop conducted found that the population actively participated in decisions regarding the whole process of resettlement, as choosing the location of the city, types of housing, supervision of construction, type of cemetery, among others. As a main point in this regard was emphasized unanimously the excellent performance of the multistakeholder group established by the government, which fulfilled the function to inform and mediate conflicts involving all issues concerning the construction of complex Castanhão, especially resettlement. Other relevant issues highlighted were the improvement of housing conditions and infrastructure the new town and the improvement of education and health services. Negative aspects were not emphasized structuring of the city in terms of jobs especially for the youth, loss of leisure space for the population and especially the increased use of drugs and crime; continuity of the training process and community participation in city life; implementation of productive activities with absorption of labor, especially aimed at youth; completion of the implementation of the activities planned by the still unfinished project. Especially with respect to the public sector, the great recommendation is to guarantee the compatibility of schedules in the implementation of activities / actions in the projects in a timely manner, so as not to jeopardize the results expected.

Keywords: Resettlement, Castanhão Dam, Jaguaribara, participative planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Início da Associação dos Moradores de Jaguaribara	20
Figura 2	Aspecto de reunião da comunidade de Jaguaribara, Ceará	21
Figura 3	Participação popular em audiências públicas. açude Castanhão, Ceará	22
Figura 4	Área inundada pelo lago do açude Castanhão	25
Figura 5	Documentação fotográfica da Oficina de Avaliação Participativa. Jaguaribara Ceará	41
Figura 6	Mapa de Jaguaribara / Antes da obra, segundo os participantes da Oficina de Avaliação Participativa	42
Figura 7	Mapa de Jaguaribara / Depois da obra, segundo os participantes da Oficina	43
Figura 8	Cartaz com avaliação da Oficina Participativa	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ficha técnica do açude Castanhão, Ceará	24
Tabela 2	Participantes da Oficina de Avaliação Participativa e suas expectativas	37
Tabela 3	Resultados das perguntas orientadoras da Oficina de Avaliação Participativa	45
Tabela 4	Respostas à Pergunta nº 1	52
Tabela 5	Respostas à Pergunta nº 2	56
Tabela 6	Respostas à Pergunta nº 3	60
Tabela 7	Respostas à Pergunta nº 4	64
Tabela 8	Respostas à Pergunta nº 5	68
Tabela 9	Respostas à Pergunta nº 6	71
Tabela 10	Respostas à Pergunta nº 7	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Agência Nacional de Águas
BB	Banco do Brasil S.A.
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONERH	Conselho Estadual dos Recursos Hídricos
CBHs	Comitês de Bacias Hidrográficas
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DRR	Diagnóstico Rural Rápido;
DRP	Diagnostico Rápido Participativo
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IMOPEC	Instituto da Memória do Povo Cearense
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPC	Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará
IPECE	Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PLANERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
SDU	Secretaria De Desenvolvimento Urbano
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEMACE	Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SIGERH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos
SRH-CE	Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará

SOHIDRA
UFC

Superintendência de Obras Hidráulicas
Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos	15
	1.1.1 Objetivo Geral	15
	1.1.2 Objetivos específicos	16
1.2	Organização do trabalho	16
1.3	Formulação do problema	16
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1	Antecedentes	18
2.2	Histórico	19
2.3	O Açude Castanhão e a Cidade de Jaguaribara	22
2.4	Barragens e o Meio Ambiente	26
2.5	Planejamento Participativo	27
2.6	Entrevistas	28
2.7	Planejamento Participativo e a conservação dos Recursos Naturais	31

2.8	Reassentamento	32
3	METODOLOGIA	35
3.1	Oficina de avaliação participativa	35
3.2	Entrevistas	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1	Resultados da Oficina Participativa	41
	4.1.1 Organização da Oficina	41
	4.1.2 Programação do Evento	44
	4.1.3 Trabalho em Grupo	45
	4.1.4 Avaliação da oficina pelos participantes	50
	4.1.5 Conclusões e Sugestões da Oficina	51
4.2	Resultados das Entrevistas	51
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	79
	REFERÊNCIAS	81
	ANEXOS	84

1 INTRODUÇÃO

A história da construção das grandes e médias barragens no Nordeste Semiárido se confunde com a ocorrência das grandes secas, tendo como marco inicial a seca de 1877-1879. Como consequência dos terríveis efeitos da escassez de água na vida dos nordestinos, consolida-se a ideia de que a solução para o enfrentamento das secas seria a construção de barragens, visando estocar água nos anos de chuvas regulares, garantindo o abastecimento nos anos de seca. (LIMA, 2007).

O Ceará, com quase todo o seu território no semiárido nordestino (mais de 90%) tem características físicas e socioeconômicas responsáveis por uma vulnerabilidade hídrica especialmente ocasionada pelo clima semiárido com um regime de chuvas altamente variável, com uma média de precipitações anuais de 755 mm e de evaporação de 2000 mm, implicando em déficit hídrico anual; e a ocupação difusa do território por uma população rural extremamente pobre. A vulnerabilidade hídrica do Ceará explica-se ainda pelo fato de estar localizado com 70% do seu território sobre solo cristalino. Sua hidrologia é caracterizada, conseqüentemente, por rios intermitentes e pouca disponibilidade de água subterrânea. (COGERH, 2011)

Devido às suas condições de vulnerabilidade hídrica, são necessárias obras de construção de barragens em todo o estado do Ceará, destacando-se, pelo seu porte, o Açude Castanhão.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar os impactos da implantação do açude Castanhão na qualidade de vida da população diretamente atingida pela obra, verificando se as medidas propostas para o meio socioeconômico alcançaram seus objetivos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar a participação da população atingida no processo de planejamento e implementação das obras do açude Castanhão;
- Avaliar se as medidas mitigadoras propostas para o meio socioeconômico alcançaram seus objetivos, utilizando o método da Oficina de Avaliação Participativa e entrevistas semiestruturadas;
- Avaliar as condições habitacionais da população atingida, sob o ponto de vista dos moradores.
- Subsidiar as metodologias de reassentamento utilizadas pelo Estado em futuras obras hídricas;
- Propor medidas para promover a inclusão social das populações reassentadas em função da construção de obras hídricas.

1.2 Organização do Trabalho

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro capítulo trata da introdução e dos objetivos do trabalho; o capítulo dois consta da revisão bibliográfica; o terceiro capítulo apresenta a metodologia aplicada na pesquisa; o quarto capítulo consta dos resultados e discussão da oficina de avaliação participativa e das entrevistas realizadas; no quinto são apresentadas as conclusões e recomendações; finalmente, seguem as referências bibliográficas e, em anexo, fotografias da cidade velha e da Nova Jaguaribara.

1.3 Formulação do Problema

A construção de barragens tem como um dos impactos mais relevantes o deslocamento da população residente na área da bacia hidráulica e de preservação, necessário à implantação desses lagos. Em geral, são áreas que, em função da topografia, recebem solos e nutrientes carregados pelo escoamento superficial das águas, constituindo, de forma geral, as manchas de solos mais

profundas e férteis das bacias hidrográficas. Abrigam uma população em maior parte de pequenos agricultores e pecuaristas que têm suas atividades econômicas, sociais e culturais interrompidas. Como medida mitigadora dos impactos gerados se faz necessário proporcionar, não só a recuperação das condições de vida anterior, mas promover melhorias significativas por meio de ações governamentais.

De forma mais específica, a pesquisa fez uma avaliação dos impactos infligidos a essa população reassentada, analisando a repercussão nas suas condições de vida.

Para a análise da renda levou-se em consideração a situação anterior e atual da renda, projetos produtivos implantados, continuidade das atividades produtivas antes desenvolvidas. As condições habitacionais, aspectos sociais, nível de satisfação com a nova situação e o acesso a serviços de educação, saúde e lazer foram analisados sempre sob o ponto de vista dos entrevistados e participantes da oficina, comparando a situação anterior com a atual, como também sugerindo melhorias.

Como resultado, pretendeu-se subsidiar metodologias para melhor atuação do Estado nas ações de reassentamento de modo a proporcionar a inclusão social das populações atingidas quando da implementação de obras hídricas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O açude Castanhão está situado na Sub-bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe. Esta região tem uma área de 10.376 km², por onde o Rio Jaguaribe percorre 171 km compreendidos entre a válvula do açude Orós e a ponte do Peixe Gordo na BR-116. O açude foi construído em territórios dos municípios de Jaguaribara, Alto Santo, Morada Nova e Jaguaretama, perenizando parte desta sub-bacia e toda a sub-bacia do Baixo Jaguaribe até a foz do rio Jaguaribe. A região hidrográfica do médio Jaguaribe é constituída pelos municípios de Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe, Pereiro, Alto Santo, Potiretama, Iracema, Ererê, Milhã, Solonópoles e Deputado Irapuan Pinheiro (COGERH, 2011).

2.1 Antecedentes

Segundo Teixeira (2004), a política de recursos hídricos desenvolvida no Estado do Ceará apresenta duas fases distintas, antes e depois da criação da Secretaria dos Recursos Hídricos, no ano de 1987.

As intervenções até o ano de 1987 eram, no âmbito estadual, desenvolvidas de forma dispersa, por diferentes instituições, na construção de pequenos açudes e perfuração de poços, pouco contribuindo para a diminuição da vulnerabilidade do Estado às secas. Até esse período, as ações mais efetivas foram desenvolvidas pelo governo federal, na maioria das vezes pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), na fase da construção de grandes obras, em geral, em função das secas no nordeste. Em 1909, para implementar a política de construção de barragens, foi criada a Inspectoria de Obras Contra as Secas (IOCS), designada em Inspetoria Federal de obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e; posteriormente DNOCS em 1945.

Data de 1910 a primeira referência à barragem do Castanhão, no livro do geólogo americano Roderic Crandal, "Geografia, Geologia, Suprimento d'Água, Transportes e Açudagem nos Estados Orientais do Nordeste do Brasil: Ceará, Rio

Grande do Norte e Paraíba”. Nesse livro encontram-se os primeiros estudos sobre o Boqueirão do Cunha, local onde hoje se encontra construído o Castanhão (LIMA, 2007).

Somente em 1995, começou a ser construída a barragem do Castanhão. Em 2001, foi inaugurada a nova cidade de Jaguaribara, a primeira cidade planejada, no Brasil, com reassentamento total da população. Em 2002, a válvula dispersora, que regulariza as vazões do baixo vale do rio Jaguaribe, passou a operar (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, 2009)

2.2 Histórico

Em agosto de 1985, chegou a notícia da construção do açude, que foi trabalhada no grupo de jovens de Jaguaribara. Por iniciativa do prefeito, foi formada uma comissão para acompanhar os trabalhos, com um representante dos jovens.

Em 1989, foi criada a “Associação dos Moradores de Jaguaribara”, filiada ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com assessoria e consultoria de ONGs nacionais e internacionais, e funcionou na condução da participação da população durante todo o processo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, 2009).

Na Figura 1, ilustra-se o início da Associação de Moradores de Jaguaribara.

Figura 1 - Início da Associação de Moradores de Jaguaribara



Fonte: Acervo Pessoal da Irmã Bernadete Neves, 1989.

Entre 1985 e 1995, foram 10 anos de luta, ao final dos quais, não podendo impedir a aprovação e início da obra, a Associação iniciou um processo de negociação junto aos governos federal e estadual, apresentando reivindicações e propostas, na busca de terem seus direitos respeitados, tornando o processo de deslocamento o menos traumático possível.

Ao longo desses dez anos, a população se mobilizou contra a construção da barragem, apoiada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e segmentos da Igreja católica (Comunidades Eclesiais de Base). Não logrando êxito na demanda, se manteve organizada e participante durante todo o processo. Dessa vez, na defesa dos seus interesses.

Na Figura 2, mostra-se um momento da reunião da comunidade para discussão sobre o açude Castanhão.

Figura 2 – Reunião da comunidade de Jaguaribara, Ceará.



Fonte: Arquivo pessoal da Irmã Bernadete Neves, 1989.

Em 1995, teve início a construção da barragem. Na condução da implantação do projeto, o Governo do Ceará instituiu, por decreto, a criação do “Grupo Multiparticipativo para Acompanhamento das Obras da Barragem do Castanhão”, popularmente conhecido como “Grupão”, para assegurar a participação da sociedade civil, com o objetivo explicitado de acompanhar o calendário de execução das obras, conhecer o seu desenvolvimento técnico, encaminhar acordos de fronteiras municipais, tratar da realocação da população da cidade de Jaguaribara e acompanhar o processo de desapropriação, servindo de porta voz dos anseios da sociedade civil impactada pelas obras, no encaminhamento e controle de suas reivindicações e preocupações. O grupo de trabalho teve como composição três representantes para cada um dos municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe, Alto Santo e Morada Nova; um representante para cada uma das instituições, Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), Secretaria de Governo, Assembleia Legislativa, Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), e, posteriormente, a Secretaria de Agricultura, Secretaria do Planejamento e Coordenação e a Secretaria de

Infraestrutura. Cada um dos municípios diretamente envolvidos era representado pelo Prefeito Municipal e por dois membros da sociedade civil (12 conselheiros municipais). As reuniões do “Grupão” eram abertas à participação da população, realizadas mensalmente e de forma itinerante, percorrendo todas as sedes dos municípios e dos distritos diretamente atingidos. Todos os presentes tinham direito a voz, na defesa de seus interesses. (LIMA, 2007).

O Grupo Multiparticipativo abrangeu a gestão de todas as intervenções necessárias à viabilização do Projeto Castanhão. O grupo reunia todos os representantes dos segmentos envolvidos e os gestores do projeto onde discutiam as ações. O Grupo Multiparticipativo realizou 1000 reuniões durante o período em que eram realizadas as obras e ações do projeto (LIMA, 2007).

A participação da população local foi imprescindível e bastante trabalhada por equipes de diversas áreas, tanto técnicas como sociais e econômicas. Na Figura 3, mostra-se uma audiência pública com moradores da área do Castanhão.

Figura 3 - Participação popular em audiências públicas. Açude Castanhão, Ceará.



Fonte: Arquivo pessoal da Irmã Bernadete, 1992.

2.3 O açude Castanhão e a cidade de Jaguaribara

O Reservatório açude Castanhão, cujo nome oficial é açude Público Padre Cícero, está localizado na Bacia Hidrográfica Estadual do Médio Jaguaribe, e

tem como finalidades principais: irrigação, turismo, recepção da transposição de águas do rio São Francisco, contenção de cheias, abastecimento, dentre outros usos. A barragem está construída no Município de Alto Santo, e a área inundada atinge os municípios de Jaguaribara, Alto Santo, Morada Nova, Jaguaretama, Jaguaribe e Iracema.

A construção do açude Castanhão, obra estruturante do planejamento de recursos hídricos da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará se constitui, dentre outros benefícios, em ser receptor das águas da transposição do rio São Francisco e teve como um dos impactos mais relevantes o deslocamento da população residente na área necessária à implantação deste lago.

Com capacidade de 6,7 bilhões de metros cúbicos, uma bacia hidráulica de 45.309,0 km², beneficiará uma população de 2,65 milhões de pessoas; apresenta potencial de irrigação de 43 mil hectares, além de proteger as regiões à jusante contra inundações, em área de 25 mil hectares. O açude Castanhão se constitui segurança hídrica para implantação de grandes projetos e geração de 22.5 megawatts de energia elétrica, sendo o maior açude do Ceará. (SRH, 2014)

A área física atingida compreendeu a sede do município de Jaguaribara, o distrito de Poço Comprido e áreas rurais dos municípios de Jaguaribara, Alto Santo, Jaguaretama e Jaguaribe, coberta pelo lago. Para construção do açude foram reassentadas 11.000 pessoas, das quais 3.589 em Nova Jaguaribara, a primeira cidade planejada do Ceará (LIMA, 2007).

A construção do açude Castanhão cuja ficha técnica está representada na Tabela 1, é estratégica para a perenização de centenas de quilômetros de rios antes intermitentes e permite a condução, por meio de canais e adutoras, a áreas de difícil acesso à água, proporcionando maior povoamento.

A cidade de Jaguaribara teve praticamente todo seu território submergido ao lago. Para o reassentamento da população atingida, foi construída uma nova cidade, situada no ponto mais alto da chapada do Castanhão, a 150 metros de altitude, à margem esquerda do rio Jaguaribe. Tal construção se constitui no maior projeto de reassentamento do Estado, protagonizando um processo de lutas e participação dos atingidos, o qual teve início em 1985.

Na Tabela 1, apresenta-se a ficha técnica do açude Castanhão.

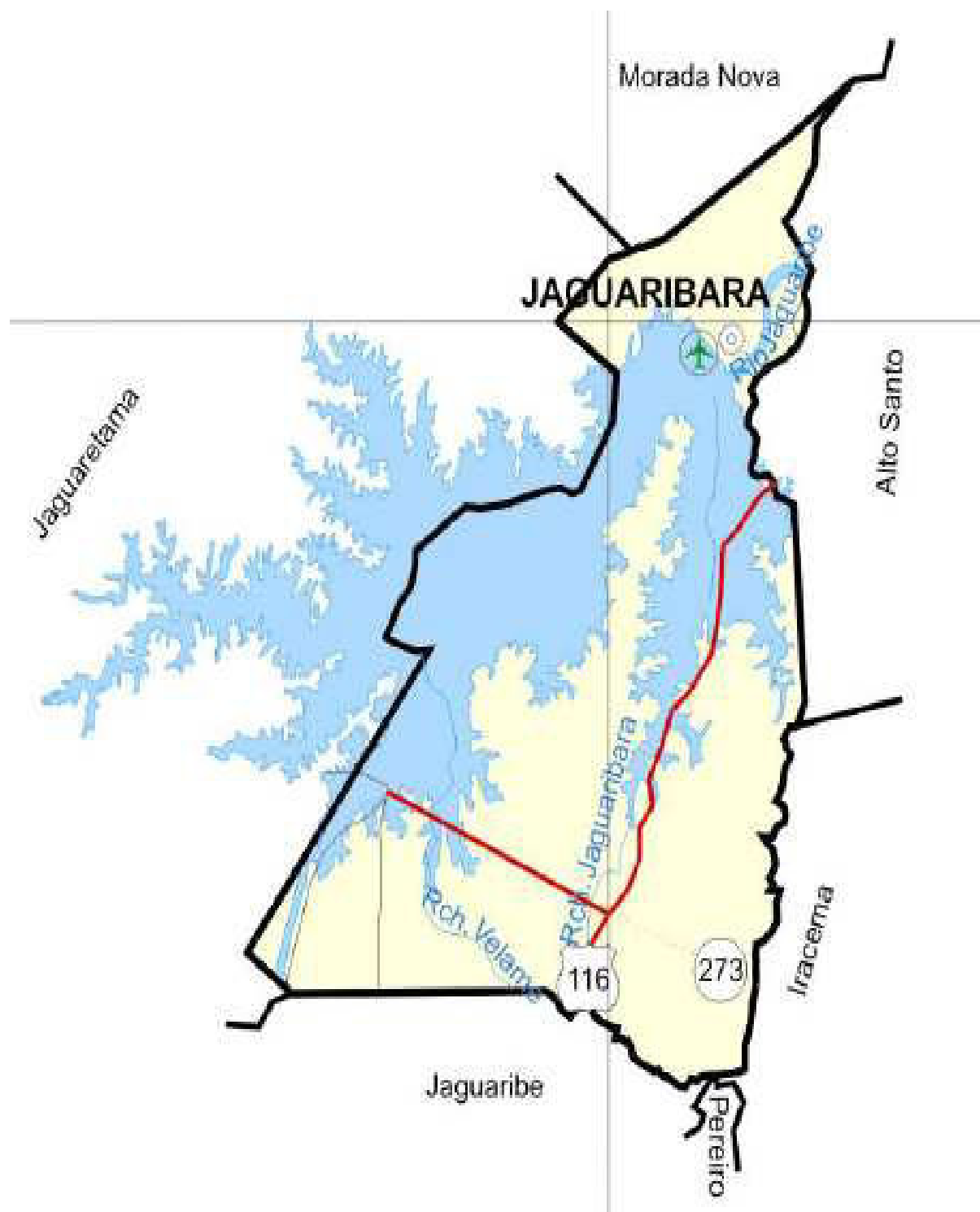
Tabela 1 – Ficha técnica do açude Castanhão, Ceará

Localização	
Município	Alto Santo
Sistema	Médio Jaguaribe
Rio/Riacho Barrado	Rio Jaguaribe
Hidrologia	
Bacia Hidrográfica (km ²)	45.309,0
Capacidade (m ³)	6.700.000.000
Vazão Regularizada (m ³ /s)	30,0
Barragem	
Comprimento do coroamento (m)	3.450,0
Largura do coroamento (m)	7,0
Cota (m)	111,0
Sangradouro (12 comportas)	
Cota de acumulação máxima (m)	106,0
Cota nível inferior da comporta - vertedouro (m)	101,0
Altura da Comporta (m)	11,45
Vazão da comporta (m ³ /s)	600,00
Tomada d'água	
Tipo	Válvula dispersora (250 mm)
Comprimento (m)	178
Diâmetro (mm)	3700
Vazão (m ³ /s)	25,0

Fonte: DNOCS, 1994

Na Figura 4, indica-se a área inundada pelo lago do açude Castanhão no município de Jaguaribara e adjacências.

Figura 4 - Área inundada pelo lago do açude Castanhão.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguaribara, 2009

2.4 Barragens e Meio Ambiente

A construção de reservatórios pode resultar em alterações nos meios físico, biótico e antrópico, na sua área de influência, durante as fases de implantação e operação. Esses impactos podem ser de maior ou menor significação, em função do porte do reservatório e das características ambientais da área onde será implantado (MOTA, 2008).

O deslocamento de populações é um problema de difícil amenização, uma vez que altera valores culturais e históricos intrínsecos ao desenvolvimento das áreas rurais e cidades inundadas. A implantação de grandes projetos de barragens deve levar em consideração as tradições das populações locais e regionais, suas expectativas e aspirações, impedindo o aumento do grau de miserabilidade de um número considerável de comunidades e o extermínio de grupos étnicos (BANCO DO NORDESTE, 2008).

O indivíduo vive em complexa relação entre os acontecimentos propriamente ditos, em torno de si, e com os sentimentos e ideias formadas ao longo da sua vida, em que cada fato é uma experiência de percepção individual sobre sua vida e seu entorno. Os seus sentidos – audição, visão, tato, olfato e paladar – são utilizados para, através da cognição, selecionar e armazenar, o que dá um significado próprio, com um valor relativo ao que percebe que acontece ao seu entorno “organiza e cria espaços, arrumando e desarrumando de acordo com sua cultura e seus objetivos”. Deste modo organiza o seu lugar, mostrando um homem livre, que por meio de sua percepção, imaginário e conhecimento cria sua própria consciência, a partir de uma nova concepção no trato com a coisa pública. (LIMA, 2007)

O investimento em infraestrutura hídrica isoladamente não basta. É necessário promover o gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos hídricos. Para tanto a política para o setor deve ser focada na gestão participativa, na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, de forma sustentável, potencializando a expansão da oferta hídrica com qualidade e o uso eficiente dos recursos hídricos através dos instrumentos de gestão.

A Lei federal de Recursos Hídricos Nº 9433/97 se constitui num grande avanço na busca da equidade de direitos sobre o acesso à água. A efetivação de um modelo de gestão participativa pode se converter na possibilidade do controle social da política de águas.

2.5 A Experiência de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Ceará

De acordo com a legislação nacional, a Lei Estadual 14.844 de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH), tem como um dos objetivos “planejar, e gerenciar a oferta de água, os usos múltiplos, o controle, a conservação, a proteção e a preservação dos recursos hídricos de forma integrada descentralizada e participativa.”

O SIGERH é assim constituído:

- Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (CONERH), órgão de coordenação, fiscalização, deliberação coletiva e de caráter normativo do SIGERH, vinculado à SRH,
- Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), órgão gestor da política de recursos hídricos do Ceará que tem a missão de promover a oferta, a gestão e a preservação dos recursos hídricos de forma integrada, participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará;
- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), vinculada à SRH, tem como missão gerenciar os recursos hídricos de domínio do Estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa, incentivando o uso racional, social e sustentado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;
- Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), cuja missão é executar empreendimentos de infraestrutura hídrica, para aumentar a oferta d'água, atendendo a população em seus múltiplos usos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará;

- Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) tem como missão contribuir com a gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos, garantindo a participação da sociedade no processo decisório, buscando o desenvolvimento sustentável da bacia. Os comitês são órgãos colegiados integrantes do sistema de gestão dos recursos hídricos do Estado com atribuições consultivas e deliberativas, com atuação na bacia ou sub-bacia hidrográfica de sua jurisdição; são compostos por: usuários (30%), sociedade civil (30%), poder publico municipal (20%) e poder publico estadual/federal(20%);
- Instituições setoriais cujas atividades estão envolvidas com a gestão dos recursos naturais e clima. (SILVA, 2011).

O Ceará foi dividido em 12 regiões hidrográficas, para fim de planejamento, através dos comitês de bacia. Todos os comitês estão implantados e em efetiva atuação no gerenciamento dos recursos hídricos, tendo a COGERH como Secretaria Executiva.

Nas obras do Castanhão, inspirado na gestão participativa desenvolvida no Estado, através dos comitês, foi criado o Grupo Multiparticipativo de acompanhamento que se constituiu eficiente canal de participação da população. Desempenhou um papel fundamental no acompanhamento e discussões por parte da sociedade durante todo o processo de planejamento e construção do complexo Castanhão e na realocação da população do município de Jaguaribara, para a Nova Jaguaribara.

2.6 Planejamento Participativo

No planejamento participativo diversos atores sociais elegem as prioridades a partir dos anseios da comunidade, diante de recursos escassos e das necessidades e desejos ilimitados com o objetivo de alocá-los de maneira eficaz e justa. (FERREIRA *et al.*, 2002)

Anteriormente à adoção do conceito de sustentabilidade, grandes projetos eram elaborados e executados “de cima para baixo”. Isto é, pautados em aspectos

técnicos e administrativos. Os benefícios sociais eram estimados a partir da percepção dos tomadores de decisão, sem refletir as necessidades reais das populações (CHANDLER, 1990).

A proposta de gestão participativa brasileira das águas baseia-se na experiência francesa de gestão dos recursos hídricos.

O planejamento participativo conta com várias técnicas que permitem pessoas de diferentes níveis sociais, econômicos e culturais participarem da formulação do planejamento, programas e ações de interesses comuns. A principal vantagem da utilização dessas técnicas é o conhecimento dos problemas e a participação ativa de dirigentes, técnicos e comunidade como protagonistas das soluções apontadas. Outra vantagem relevante é a capacitação que ocorre no processo de participação, por meio da convivência dos diferentes atores em discussões e, finalmente, tomadas de decisões conjuntas.

As práticas participativas como base metodológica de projetos estão sendo adotadas no desenvolvimento rural. Essas metodologias passaram a ser mais utilizadas a partir das décadas de 1980 e 90 em substituição aos métodos tradicionais de pesquisas adotados em períodos anteriores, que se baseavam na transferência de tecnologias pouco eficazes em que se observava a ausência de participação dos supostos beneficiários, e, por isso, deram lugar a outras estratégias, visando maior participação dos beneficiários e conseqüentemente maior aproximação das suas necessidades e realidades (VERDEJO 2006).

Fassaert (2000) esclarece que, com as mudanças ocorridas, a partir de então, diversos trabalhos foram realizados com emprego de metodologias participativas, que variavam de nome de acordo com seus objetivos, Diagnóstico Rural Rápido (DRR); Diagnóstico Rural com Enfoque de Gênero; Investigação-Ação Participativa, Diagnóstico Rural Participativo (DRP), dentre outros, mas todas têm em comum a participação das pessoas no processo de levantamento de suas necessidades e nas tomadas de decisões sobre as ações para enfrentá-las.

Por outro lado, Masson (2004) ressalta que, ao se fazer uso da participação como componente para o desenvolvimento da comunidade, deve-se tê-lo como um processo educativo, o que requer uma pedagogia de interferência na realidade, considerando as diferentes individualidades. Ao moderador é dado

conhecer as formas de participação expressas na realidade, para, como interlocutor, levar as pessoas envolvidas no processo participativo à reflexão entre o que existe na realidade, para mantê-la passiva ou ativa, qualificando-a no sentido de potencializá-la para transformação. A moderação tem ainda o papel de propor soluções de acordo com os objetivos da oficina.

A participação da comunidade será tanto mais efetiva quanto mais estiver informada, capacitada e mobilizada.

A melhoria da autoestima e a autonomia da comunidade são ganhos adicionais provenientes dos efeitos indiretos gerados pela participação. Por outro lado, pontos negativos dizem respeito à “tendência à manipulação da comunidade” e o “problema do poder”, que estão relacionados ao exercício de poder sobre as comunidades fragilizadas, manipuladas por este poder para que o *status quo* seja mantido, uma vez que a prática clientelista é a expressão mais comum deste abuso de poder (KLIKSBURG, 1999).

Kliksberg (1999) sugere que a “subestima dos pobres”, supostamente apresente debilidade educativa e cultural, tornando-os incapazes de participar de processos de planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação das ações sociais. No entanto, normalmente essas comunidades têm todos os elementos constituintes do capital social, ou seja, valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes de solidariedade, entre outros.

Uma das técnicas muito utilizadas no planejamento participativo é a metodologia ZOPP (*Zielorientiertes Planen von Projekten*) – Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos, da Agência de Cooperação Alemã (GTZ) com técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, moderação e visualização, adaptadas às necessidades para alcançar os resultados desejados (BEZERRA; MOORIAG, 1998). O DRP consiste no conhecimento da realidade local de forma rápida com a participação da comunidade envolvida, que indica os aspectos internos e externos que influenciam na vida da população. A visualização utiliza o método METAPLAN entre outros que consiste na utilização de painéis com tarjetas onde são escritas e expostas as ideias dos participantes da oficina. O Mapa Falado é uma ferramenta elaborada pelos participantes da oficina que desenham o seu

ambiente em ruas, equipamentos comunitários, escolas, etc., servindo para discussão inicial com identificação dos problemas e potenciais da comunidade.

O planejamento participativo tem no comitê de bacia o mais importante instrumento de participação da sociedade no âmbito da bacia na gestão dos recursos hídricos; que desenvolve um trabalho voluntário com o objetivo de promover a gestão integrada, coerente e sustentável dos ecossistemas e recursos hídricos, se constituindo no parlamento das águas, onde ocorrem as discussões com representantes da sociedade civil, usuários e poder público.

2.7 Entrevista

A entrevista é um encontro interpessoal em dado contexto e situação social específica, entre um profissional e uma pessoa da comunidade, que tem o objetivo claro e definido de gerar informações para um determinado estudo (COSTA *et al.*, 2005).

A entrevista deve ter as seguintes características:

- Requer pessoal qualificado;
- Possibilita diversidade com relação às questões e respostas;
- Grande eficácia nas respostas;
- Interação direta;
- Reformulação constante;
- Entrevistador tem postura ativa;
- Oportunidade de aprofundamento;
- Captação oral da informação.

Conforme COSTA *et al.*, 2005, os tipos de entrevista são os seguintes:

- Entrevista não estruturada – o entrevistador propõe um tema que se desenvolve ao longo da conversa, na qual as questões fluem

naturalmente. No entanto, segue-se um guia com os objetivos e linhas orientadoras.

- Entrevista semiestruturada - Caracteriza-se pela formulação previa das questões usadas na entrevista, de forma que todos respondam as mesmas questões. O desenvolvimento da entrevista se adapta ao entrevistado, e mantém elevado grau de flexibilidade, na exploração do tema.
- Entrevista estruturada – é utilizada quando é importante manter o menor grau de variações nas respostas as questões propostas; trata-se de questões fechadas de modo a fornecer dados amostrais, com maior uniformidade no tipo de informações colhidas. As questões são apresentadas ao entrevistado exatamente como foram escritas e a avaliação das respostas durante a entrevista é reduzida.

A entrevista semiestruturada, por manter a flexibilidade tanto na ordem como na exploração dos itens questionados, permite maior espontaneidade, e assim, informações mais ricas.

2.8 Reassentamento

O reassentamento involuntário em função da execução de obras de infraestrutura governamentais se constitui no deslocamento compulsório de moradores de determinada área, em que a população não é objeto principal da ação, pelo contrário, sofre um processo doloroso de perda de espaços físicos, culturais e sociais. É afetada de diversas formas, porém os maiores prejuízos são a destruição de suas raízes e a interrupção das suas atividades produtivas.

Consideram-se beneficiários e potenciais reassentados todos os ocupantes da área prevista como bacia hidráulica na construção de barragem e sua estrutura necessária, independentemente da condição legal, ser ou não proprietário. Portanto o reassentamento involuntário é o deslocamento de pessoas diretamente atingidas por alguma obra ou serviço público, que independente de sua vontade

deverá deixar seu local de moradia e de atividade produtiva, passando a ocupar outra localidade escolhida pela maioria dos atingidos. (SRH, 2000). A SRH além de cumprir as exigências das legislações em vigor Constituição Federal e Estadual, e demais disposições legais, que regem o processo expropriatório, faz uso das experiências anteriores praticadas por órgãos públicos, e assegura que todos os direitos dos cidadãos atingidos sejam respeitados, sendo o mais importante o direito a moradia (SRH, 1999)

Medidas mitigadoras pretendem compensar os efeitos negativos sofridos com a mudança, procurando preservar as relações de vizinhança e permitir que as famílias realocadas/reassentadas reconstruam seus laços afetivos e nunca sejam prejudicadas financeiramente. Assim, um reassentamento tem como principal meta garantir a recomposição ou melhoria da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, tanto no aspecto físico, perda de moradia, quanto em outros aspectos, como a perda de rendimentos financeiros (interrupção de atividades produtivas.) (SEDUMA, 2008)

As ações de reassentamento no Brasil, de certo modo, tiveram início no nordeste juntamente com a política de aproveitamento e utilização da água nessa região cujas secas são frequentes e castigam o sertão. Através do DNOCS teve início a fase de construção de grandes barragens. No entanto, os reassentamentos só passaram a ter repercussão durante o regime militar, que partiu para a política de grandes hidrelétricas, cujo fornecimento de energia fortaleceria uma infraestrutura que atendesse ao objetivo de crescimento urbano, industrial e agropecuário.

O planejamento e execução das obras até então não levavam em consideração os problemas e impactos gerados sobre a população atingida e não havia nenhum estudo de impacto.

A partir de meados da década de 1970, os atingidos passaram a se organizar e discutir sobre a maneira arbitrária e autoritária como se davam as desapropriações e valores das indenizações, passando a lutar por seus direitos e por um processo mais justo (MONTE; PAULA, 1997).

No estado do Ceará, a partir da criação da SRH, desenvolveu-se uma política de recursos hídricos, e uma experiência social inovadora de reassentamento através da Política e Estratégia de Reassentamento do Estado, em que são estabelecidas diretrizes para os problemas sociais resultantes.

Toda a política e estratégias de reassentamento promovida pela SRH estão consubstanciadas no documento “Manual Operativo para Reassentamento” da SRH. Estabelece o tratamento dos problemas sociais resultantes da construção de açude, sendo o documento utilizado em todo o processo de desapropriação e reassentamento. Compreende desde a criação de associações dos atingidos, critérios, normas e procedimentos, estratégias de desapropriação, métodos de cálculos e tabelas preços das indenizações, regularização fundiária, cadastramento e critérios para distribuições de lotes rurais e urbanos, a serem observados nos programas estaduais de reassentamento (SRH, 1999).

Foram dois os órgãos principais responsáveis pelo reassentamento no Castanhão: Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). responsável pelos habitantes da área rural; e Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), hoje Secretaria das Cidades, responsável pelos reassentados urbanos na Nova Jaguaribara. (SRH, 1998)

3 METODOLOGIA

A finalidade deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos que orientaram a realização desta pesquisa e nortearam a consecução dos objetivos.

Para atingir os objetivos preconizados, o trabalho foi desenvolvido compreendendo as seguintes etapas:

- Pesquisa de literatura correlata ao tema abordado;
- Estudo do projeto do açude Castanhão e de dados secundários disponíveis na SRH e Secretaria das Cidades;
- Realização de Oficina de “Avaliação Participativa do reassentamento da população atingida pela construção do Açude Castanhão”, com representantes da população reassentada, técnicos que atuaram no projeto e lideranças da sociedade civil;
- Realização de entrevistas com representantes da população reassentada, de técnicos que atuaram no projeto e de lideranças da sociedade civil;
- Apresentação de conclusões e recomendações a partir da análise dos dados e estudos efetuados.

3.1 Oficina de avaliação participativa

Na oficina, foram utilizadas ferramentas da metodologia ZOOOP (*Zielorientiertes Planen von Projekten*) planejamento de projetos orientados por objetivos, com técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); moderação e visualização, mapa falado adaptados às necessidades para se alcançarem os resultados desejados.

3.1.1 Princípios do trabalho participativo

Foram os seguintes os princípios do trabalho participativo na Oficina:

- Condução do Trabalho por um moderador externo;
- Respeito às ideias não importando a hierarquia dos participantes;
- Procura conjunta de soluções abertas e transparentes;
- Cada participante falando na sua vez, procurando ser breve e objetivo
- Conclusões propostas, sempre que possíveis, buscando o consenso;
- Registro permanente visualizado das discussões.

3.1.2 Programação do evento

A oficina foi realizada no período de quatro horas, das 14h às 18h horas, e desenvolveu as seguintes atividades:

- Abertura e Contextualização da Oficina
- Apresentação dos participantes e levantamento de expectativas
- Apresentação dos objetivos da oficina e da metodologia de trabalho
- Trabalho em grupos:
 - a) Atividade 01: mapa falado
 - b) Atividade 02: construção da linha do tempo
- Apresentação dos resultados do trabalho em grupos
- Reflexões sobre as conquistas, dificuldades e sugestões de melhorias:
 - a) Pergunta Orientadora nº 1: O que vocês ressaltam de CONQUISTAS?
 - b) Pergunta Orientadora nº 2: Quais as DIFICULDADES que ainda persistem?
 - c) Pergunta Orientadora nº 3: Quais as SUGESTÕES para minimizar ou resolver as atuais dificuldades?
- Apresentação dos resultados das reflexões
- Avaliação da oficina
- Encerramento

3.1.3 Participantes e Suas Expectativas

Na Tabela 2, indicam-se os participantes da Oficina e suas expectativas.

Tabela 2 - Participantes da Oficina de Avaliação Participativa e suas expectativas

PARTICIPANTE POR INSTITUIÇÃO	EXPECTATIVA
Secretaria de Assistência Social	Tornar a avaliação uma força de avanço e crescimento
Professora Aposentada	Traçar metas para melhoria do município
Prefeitura Municipal de Jaguaribara	Melhorias para a sociedade
Secretaria de Cultura, Desporto e Juventude	Esclarecimento sobre questões municipais
Sociedade Civil	Melhorias das condições sociais
AABC	Traçar metas
Liceu	Ações concretas
Assistência Social	Melhorias para a sociedade
Tapete Mágico (empresa de eventos)	Adquirir conhecimento e troca de experiências
ACS	Melhorias para a sociedade
Igreja	Melhoria para os projetos
Sociedade Civil	Buscar melhorias
Prefeitura Municipal de Jaguaribara – Prefeito	Participação da pop. no processo decisório da Administração Pública
Secretaria de Cultura Coordenadora de Cultura e	Obter direção para desenvolvimento de ações do âmbito cultural
Secretaria de Educação	Adquirir novos conhecimentos
Fotógrafa	Melhoria para a cidade
Comerciante	Melhoria para a cidade
Agente de Saúde	Melhoria para a cidade
EMATECE	Participar e Contribuir

Fonte: Autora (2014).

3.1.4 Objetivos da Oficina

a) Objetivo Geral:

Avaliação Participativa do Reassentamento da população atingida pela construção do açude Castanhão no Ceará.

b) Objetivos Específicos:

- Avaliar a participação da população atingida no processo de planejamento e implementação das obras do açude;
- Dialogar acerca das conquistas e dificuldades vivenciadas pela comunidade face aos desafios trazidos pelo processo de implementação do açude Castanhão;
- Avaliar se as medidas mitigadoras propostas para o meio socioeconômico alcançaram seus objetivos;
- Avaliar a qualidade de vida da população atingida comparando a situação antes e depois do reassentamento;
- Avaliar os eventuais impactos das mudanças sobre o desenvolvimento municipal, identificando elementos orientadores para subsidiar a elaboração do seu plano plurianual;
- Contribuir com o fortalecimento do capital social e com as instituições de pesquisa.

A Oficina foi realizada na nova cidade de Jaguaribara e contou com a participação de dezenove pessoas, representando órgãos da administração pública e a comunidade em geral. Foi organizada e conduzida por equipe composta por: 01 (um) Moderador (autora deste trabalho); 01 (um) Responsável pela Mobilização e Apoio Local (representante da Prefeitura Municipal de Jaguaribara); 01 (um) Consultor (especialista em Oficina Participativa).

3.1.5 Trabalhos em grupos

a) Atividade 01: elaboração do mapa falado

A realização do mapa constitui um instrumento que permite visualizar de maneira rápida as situações vivenciadas antes e depois do reassentamento. Serve para a discussão inicial dos problemas e para expressar os desejos passados e futuros.

Essa ferramenta mostra a localização espacial da cidade sob o ponto de vista dos comunitários, que desenham e representam o seu ambiente com estradas, casas, equipamentos comunitários, dentre outros.

Os participantes foram divididos em dois grupos, e elaboraram os mapas da Jaguaribara antes e depois do reassentamento.

b) Atividade 02: elaboração da linha do tempo

A linha do tempo identifica marcos históricos reconhecidos pela comunidade durante o processo de reassentamento e da história do município.

c) Atividade 03: reflexões sobre as conquistas, dificuldades e sugestões de melhorias

Esta etapa foi realizada com a elaboração de respostas, a três perguntas orientadoras, pelos participantes:

Pergunta 01: O que vocês ressaltam de conquistas?

Pergunta 02: Quais as dificuldades que ainda persistem?

Pergunta 03: Quais as sugestões para minimizar as dificuldades?

d) Avaliação da oficina pelos participantes

Nesta etapa foi realizada a avaliação da oficina pelos participantes utilizando um painel com técnicas de visualização.

3.2 Entrevistas

Nas entrevistas, foi aplicado um questionário composto por 7 (sete) perguntas, respondidas por 25 (vinte e cinco) pessoas, representando os diversos segmentos envolvidos no processo de construção do açude Castanhão, constituídos pelo corpo técnico, políticos e população atingida pela construção.

Os entrevistados foram selecionados pela importância de sua participação no processo de planejamento e construção do açude Castanhão, e, principalmente no reassentamento da população na Nova Jaguaribara.

A entrevista usada na presente pesquisa foi do tipo semiestruturado o que dá ao entrevistador boa percepção das diferenças individuais e dos aspectos que mais afetam a população reassentada. Nesta pesquisa, não foi feita quantificação de dados; utilizou-se uma avaliação qualitativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados da Oficina de Avaliação Participativa

Na Figura 5, apresenta-se documentação fotográfica da realização da Oficina Participativa.

Figura 5 – Documentação fotográfica da Oficina Participativa. Jaguaribara, Ceará.



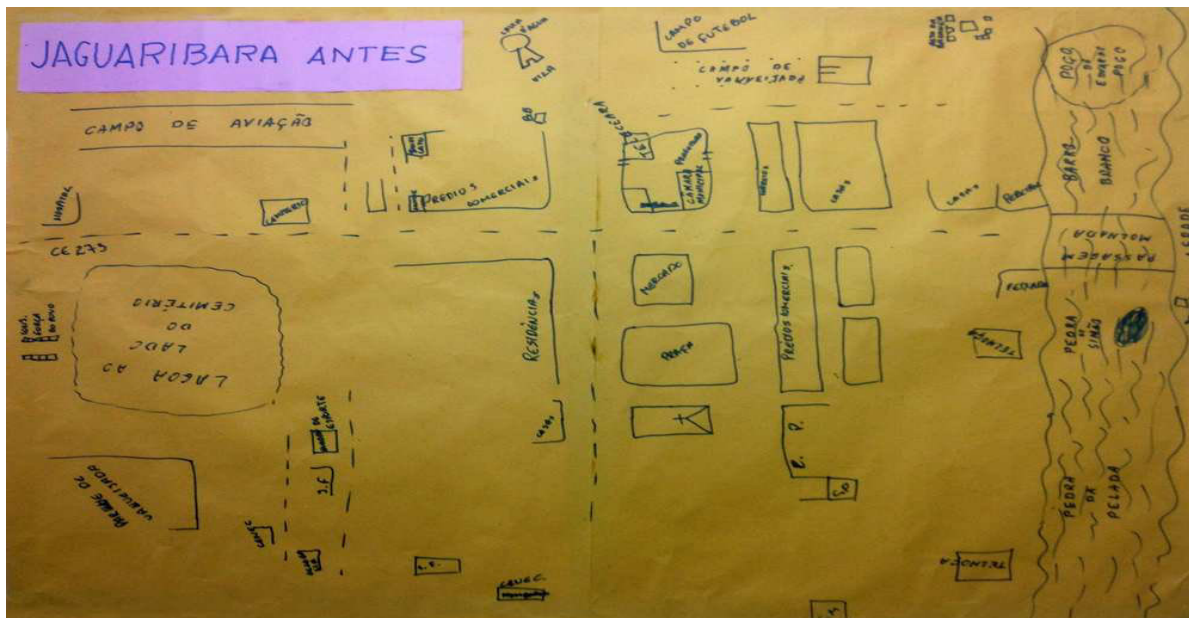
Fonte: Autora (2014).

4.1.1 Trabalho de grupo

- Mapa falado

Os participantes foram divididos em dois grupos e elaboraram os mapas de Jaguaribara antes e depois do reassentamento. Nas Figuras 6 e 7 apresentam-se os dois mapas elaborados, com os principais pontos levantados pelos participantes:

Figura 6 – Mapa de Jaguaribara, antes da obra, segundo os participantes da Oficina de Avaliação Participativa.



Fonte: Auto Fonte: Autora (2014).

Os itens considerados mais importantes foram:

- Ruas mal planejadas, estreitas e más condições do calçamento;
- Esgotos a céu aberto;
- Animais nas ruas;
- Vazantes próximas ao rio garantindo a subsistência;
- Banho no rio;
- Ponto de encontro na praça e calçadas;
- A união da população;
- A cidade tranquila, não existia drogas nem assaltos;
- Vizinhança (houve distanciamento dos antigos vizinhos);
- Famílias (já não sentam nas calçadas);
- As casas eram conjugadas;
- Pessoas viviam de pesca e vazantes;
- Após a notícia da construção da barragem, a falta de recursos.

Figura 7 – Mapa de Jaguaribara, depois da obra, segundo os participantes da Oficina



Fonte: Autora (2014).

Os itens considerados mais importantes foram:

- Cidade planejada;
- Ruas largas;
- Melhoria da infraestrutura com ruas largas e equipamentos modernos como: o Liceu, hospital ampliado, centro administrativo, mercantil, etc.;
- Saneamento básico;
- Comércio teve avanço muito grande;
- Geração de emprego com a piscicultura;
- Aumento da violência com assaltos e drogas;
- Crescimento desordenado sem obedecer ao plano diretor e o surgimento de ocupações de praças e construções de casas sem ampliar a rede de esgoto;
- Houve prejuízo da pecuária com a inundação das terras;
- Atraso na implantação dos projetos. Os assentamentos demoraram muito a ser implantados. Muitos venderam o que possuíam para

sobreviver. Somente após 11 anos foi iniciada a implantação do Projeto Mandacaru, com a plantação de capim.

4.1.2. Atividade 02: elaboração da linha do tempo

O grupo elaborou a linha do tempo, identificando os pontos mais relevantes lembrados por eles da história de Jaguaribara, como: aspectos da vida da cidade antiga, o início da construção do Açude, mudança para a nova cidade, entre outros, conforme descrito a seguir:

- 1700 - Doação de terras para construção da cidade / Construção da capela.
- 1824 - Morte de Tristão Gonçalves, presidente no Ceará, do movimento Confederação do Equador.
- 1924 - Construção pelo Instituto Histórico do Ceará de monumento no local onde morreu Tristão Gonçalves em comemoração ao centenário de sua morte.
- 1943 - Mudança do nome da cidade de Vila de Santa Rosa para Jaguaribara.
- 1957 - Emancipação política.
- 1983 - Inauguração da Praça Tristão Gonçalves.
- 1985 - Notícia da aprovação da construção da Barragem Castanhão
 - “Dia do Fico” no Palácio da Abolição.
 - Reunião da população na praça.
- 1986 - Recursos das esferas governamentais estancados.
- 1988 - Na elaboração da Constituição Estadual, mudam-se os limites do município de Jaguaribara.

1989 - Criação da Associação dos Moradores de Jaguaribara.

1994 - Plebiscito que definiu a localização da construção do novo município de Jaguaribara.

- Cadastro das famílias de Jaguaribara, que tinham casa.

1995 - Início da construção da Barragem e da nova cidade

- Criação do Grupo Multiparticipativo para o Acompanhamento das Obras da Barragem Castanhão.

2001 - 21 de junho: Mudança dos Santos para as novas igrejas.

- Julho: mudança das famílias.

- 25 de setembro: Inauguração da nova cidade.

4.1.3. Atividade 03: reflexões sobre as conquistas, dificuldades e sugestões de melhorias

Esta etapa foi realizada com a elaboração de respostas a três perguntas orientadoras, pelos participantes:

- a) Pergunta 01: O que vocês ressaltam de conquistas?
- b) Pergunta 02: Quais as dificuldades que ainda persistem?
- c) Pergunta 03: Quais as sugestões para minimizar as dificuldades?

Na Tabela 3 apresentam-se as respostas às perguntas orientadoras.

Tabela 3 - Resultados das perguntas orientadoras da Oficina Participativa.

a) CONQUISTAS
Uma cidade com infraestrutura e saneamento básico
Uma barragem com imenso potencial turístico
Cidade planejada e estruturada: casas novas; escrituras das casas e oportunidade de crescimento.
Casa do cidadão
Escolas estruturadas
Antenas de TV e telefonia
Todas as conquistas foram importantes para a cidade, o povo ganhou muito
A criação de peixe em gaiola
O nível dos educadores com diversas graduações
A parte física dos prédios públicos
O cemitério Parque da Saudade
Cidade planejada, sinalizada
Saneamento básico
Piscicultura
Acessibilidade
Projeto de piscicultura
Exportação de peixe (tilápia)
O projeto Mandacaru

Turismo

Pessoas que não tinham casas e tiveram oportunidade de morar em uma casa boa

Saneamento total

Rodoviária com ônibus todos os dias para Fortaleza

Água de boa qualidade

Piscicultura

Melhores edificações

Indenizações justas

Melhoria na área comercial

As pessoas que não tinham empregos e hoje tem

As pessoas não tinham casa e aqui ganharam e a criação do "Grupão"

b) DIFICULDADES

Falta de empregos

Falta de recursos direcionados

Falta de investimento e iniciativa dos Governos

Os assentamentos sair do papel

Falta de segurança

Discussão com a sociedade

Construções mal elaboradas /Não planejadas

Cumprir o Plano Diretor

Problemas sociais: drogas e prostituição

Crescimento urbano desordenado

Falta de emprego para nosso povo

Falta receber indenizações da zona urbana

Falta de uma fábrica de rações para piscicultura

Emprego e renda

De não continuar com nossas tradições

Funcionamento dos projetos

Pessoas que não gostam da cidade

Famílias que se dividiram, muitas foram embora

Droga nas famílias

Prostituição na adolescência

Falta participação das famílias

Desemprego

Violência (drogas)

Vias de acesso da BR116 ao Curupati

Falta de trabalho

Falta de assistência às pessoas para desenvolver algo necessário para melhoria

c) SUGESTÕES PARA MINIMIZAR AS ATUAIS DIFICULDADES

Maior cobrança da população de empregos junto as autoridades

Empenho dos gestores a fim de superar os problemas existentes, tais como, falta de emprego

Políticas de combate à prostituição e drogas de forma efetiva

Fazer um plano de ação juntamente com governos estadual e federal

Maior participação do povo

Conversa com o governo sobre assentamento

Montar projeto sobre segurança

Fazer valer a discussão com a população

Com relação às drogas, temos que buscar experiências de outros lugares, exemplo cidade de Cabo Verde, em Pernambuco

Precisamos investir mais na piscicultura

Precisamos de hotel, as margens do rio Jaguaribe

Criação de conselhos

Investimentos na educação

Comprimento do Plano Diretor

Sanear os conjuntos habitacionais

Trazer fábricas para o nosso município

Melhorar a infraestrutura na área do turismo

Regionalizar o hospital do nosso município

Mais projetos que envolvam crianças e adolescentes em tempo integral

Que os projetos funcionassem como forem planejados

Trabalhos com jovens e famílias

Instalação de uma indústria para gerar emprego e renda

Trazer uma universidade com vários cursos

Implantar lazer através da arte, esporte, etc.

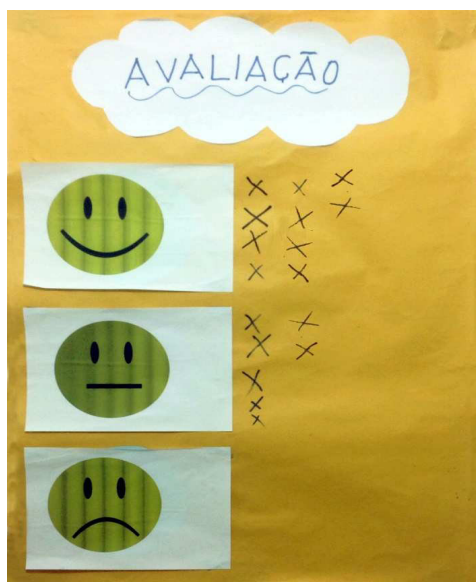
São várias, como a falta de pessoas para ajudar nas dificuldades que são muitas

Fonte: Autora (2014).

4.1.4 Avaliação da oficina pelos participantes

Das 19 (dezenove) pessoas da comunidade que participaram da Oficina, 12 (doze) consideraram o resultado como excelente, seis, como bom e 01 (uma) abstenção, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Cartaz com avaliação da Oficina Participativa.



Fonte: Autora (2014).

4.1.5 Conclusões e Sugestões da Oficina

Na análise dos resultados da Oficina e diálogo com os participantes, conclui-se que houve a participação da população no processo de reassentamento da Nova Jaguaribara. O Grupo Multiparticipativo de Acompanhamento das Obras do Castanhão, criado pelo governo do Estado, se constituiu num canal de participação eficiente, onde ocorreram discussões e tomadas de decisão da maior relevância no processo de reassentamento.

Por outro lado, a Associação dos Moradores de Jaguaribara desempenhou importante papel na condução da defesa dos interesses da população, inicialmente, contra a construção, e depois, nas negociações entre governo e atingidos. Dos acontecimentos que mereceram destaque, foram lembrados o protesto da população, em 1994, “O dia do Fico”, no Palácio da Abolição, e o plebiscito para a escolha da localização da área para construção da nova cidade.

Entre os problemas relatados, mereceram destaque a perda do referencial histórico, da cultura e costumes; o aumento da violência e consumo de drogas; o crescimento desordenado da cidade, sem obedecer ao plano diretor; o prejuízo da pecuária com a inundação das terras; e, principalmente, o atraso na implantação dos projetos produtivos.

Como conquistas, foi unânime a opinião sobre a cidade, por ser planejada com ruas largas, equipamentos modernos, totalmente saneadas, e a qualidade das casas, bem melhor do que antes. No setor produtivo, foi ressaltado o avanço na piscicultura e do potencial turístico.

4.2 Resultados das Entrevistas

Aplicou-se um questionário composto por 7 (sete) perguntas, que foram respondidas por 25 (vinte e cinco) pessoas, representando os diversos segmentos envolvidos no processo de construção do açude Castanhão, selecionados entre membros do corpo técnico, políticos e população atingida pela construção. Os entrevistados foram selecionados pela importância de sua participação no processo

de planejamento e construção do açude Castanhão, e, principalmente, no reassentamento da população na Nova Jaguaribara.

A entrevista usada, na presente pesquisa, foi do tipo semiestruturado, o que dá ao entrevistador boa percepção das diferenças individuais e percepção dos aspectos, que mais afetam a população reassentada. Nesta pesquisa, não foi feita quantificação de dados; utilizou-se uma avaliação qualitativa.

Nas Tabelas 4 a 10 são apresentadas as respostas das entrevistas.

Tabela 4 – Respostas à Pergunta nº 1

Entrevistado	PERGUNTA Nº 1 – QUAL O SEU ENVOLVIMENTO COM O PROJETO?
1	Era prefeito no período de 1985 – 1988 e participei de todos os movimentos.
2	Durante o período de 1996 – 1999, fui presidente da Comissão de Fiscalização de Obras da Barragem Castanhão, construída pelo DNOCS. A interface entre a construção da barragem e o reassentamento fazia parte de um grupo de trabalho multiparticipativo que integrava a gestão de todas as intervenções necessárias à viabilização do Projeto Castanhão. Este grupo, se reunia mensalmente com os representantes dos diversos segmentos da Sociedade e participei de todas as reuniões do “Grupão”, com o intuito de informar e esclarecer as dúvidas sobre o andamento das diversas etapas das obras. Por tratar-se da maior barragem em construção no Nordeste, e, em parte do Brasil, havia grande interesse da população local impactada e de toda a sociedade cearense e nordestina no acompanhamento de todas as etapas, principalmente, na realocação da população e na reconstrução da Nova Jaguaribara. A construção do açude Castanhão, foi executada numa parceria em que o Governo Federal investiu 70% em recursos empregados nas obras da Barragem e o Governo do Estado, 30%, através de um Convênio firmado para execução de todas as etapas das obras do complexo Castanhão.
3	Era secretario de RH e fui presidente do grupo multiparticipativo, que viabilizou a construção da Barragem.
4	Morador antigo, eu passei por um processo extremamente doloroso, porque mexeu com nossas raízes, nossa história. A antiga cidade ficou em torno de 17 anos parada, sem nenhum investimento. Sendo comerciante na área de construção, amarguei um longo período de dificuldades. Participei ativamente do processo de discussões que definiu a construção da nova cidade. Fiz parte do

	<p>“Grupão”, e membro da associação de moradores como representante dos comerciantes.</p>
5	<p>Ao ser informado em 1985, tive uma grande tristeza por não querer mudar.</p>
6	<p>Lutei, em primeiro lugar, pela não construção. Depois, pelo direito que cabia à população. Participei das comissões formadas pela população e, depois, no Multiparticipativo. Participei de todas as reuniões ativamente, sempre me posicionando.</p>
7	<p>Nasci e me criei em frente à praça. Era contra a mudança pelo apego ao lugar. A incerteza ou medo das promessas não serem cumpridas em sua totalidade. Participei da maioria das reuniões do grupo Multiparticipativo, atuando contra o projeto, utilizando poesias. O medo baseava-se no conhecimento de experiências como do Orós, Sobradinho e São Rafael no Rio Grande do Norte, onde a população ficou jogada. Entendia a importância do projeto para o Estado, mas a preocupação com a situação do povo era maior.</p>
8	<p>Era agricultor, trabalhando na Bacia do Castanhão. Morava na zona rural, na malhada vermelha, fazenda Gamão. Líder comunitário, já era vereador, quando começou o projeto. Acompanhei todas as reuniões, cadastramento, etc. Só os reassentados recebiam até R\$ 11.800,00. O restante era indenizado. Os que recebiam até R\$ 11.800,00 tinham a opção de escolha: irrigação, sequeiro ou cidade. No grupo multiparticipativo, eram discutidas todas as ações do complexo Castanhão. Acompanhei do início ao fim do processo.</p>
9	<p>Desde o início, 25 de agosto de 1985, quando veio a notícia, trabalhava no grupo de jovens de Jaguaribara. Por iniciativa do então Prefeito, foi formada uma comissão para acompanhar os trabalhos do Castanhão. Era representante da juventude no grupo (1985). Em 1989, foi criada a associação dos moradores de Jaguaribara e fui eleito presidente dessa associação. Começamos o acompanhamento dos segmentos da sociedade. As pessoas discutiam, no <i>showroom</i>, como deveria ser a estrutura física da cidade. Foi criado o grupo Multiparticipativo da barragem, no qual participei como suplente da irmã Bernadete. Foram realizadas 1000 reuniões do grupo. Discutia-se na comunidade e trazia-se o resultado para o “Grupão”. Foram 10 anos de luta contra (de 85 a 95). Quando percebemos que não tinha como impedir a construção do açude, iniciamos um processo de negociação, da associação com o DNOCS e com o Governo do Estado. O grupo multiparticipativo da barragem do Castanhão foi criado em 97 ou 98. Neste grupo, discutiu-se a negociação do local da receita federal para tirar a certidão negativa para receber indenização de atingidos. Conseguiu-se o IDACE para fazer a documentação das terras. Escolha do modelo</p>

	das casas. A construção da ponte ligando a BR 116 à nova cidade. Fui articulador junto ao Governo do Estado no processo de mudança.
10	Ajudar o pessoal, conversando, aconselhando, pois não tinha alternativa, era o jeito. A barragem é muito importante. Se fosse por mim, estaria lá onde eu morava. As vezes, a gente faz coisa que não são boas para nós, mas que são boas para o povo. Estou como presidente do sindicato há 15 anos.
11	Em 1985, quando o projeto chegou a congregação tinha um trabalho com as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBES), então assumimos a luta pela comunidade. Passamos a ver a problemática de cada comunidade, decidimos em conjunto as soluções e identificamos pessoas para assumirem funções na luta. Foi fundada a associação dos moradores e passamos a dar suporte ao povo para fazer suas reivindicações. Mesmo após julho de 2010, quando a congregação encerrou as atividades, continuamos com o apoio sempre quando a população solicitava.
12	Coautoria do projeto de reassentamento urbano de Jaguaribara. Coordenadora do reassentamento urbano.
13	Concepção do máster plano e projeto arquitetônico das habitações dos centros comerciais, da Igreja evangélica, da réplica da Igreja de São Vicente Ferrer e da réplica da Igreja de Santa Rosa de Lima. Coautor do plano de realocação e integrante da equipe de negociação de imóveis. Gerente geral da construção da nova cidade.
14	Membro do grupo Multiparticipativo, que acompanhou as ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal, relacionadas com a construção do açude Castanhão. Representava o município de alto santo do qual era vereador.
15	Em todo o desenvolvimento e implementação do projeto Castanhão, desde a elaboração de projetos, à coordenação dos estudos ambientais e sua aprovação, seguido pelo acompanhamento de todas as obras e ações do projeto. Esse acompanhamento foi realizado durante todo o processo construtivo de todas as obras e ações do Castanhão, através do grupo multiparticipativo do projeto, do qual eu fui o secretário executivo. Todo esse envolvimento ocorreu durante 12 (doze) anos no contexto de convênio firmado entre o Governo do Estado através da Secretaria dos Recursos Hídricos e do DNOCS.
16	Participei desde o início da concepção do projeto, quando foi estabelecido em convênio firmado entre o Governo Federal através do DNOCS e o Governo Estadual, quando foi decidido que o reassentamento da população urbana atingida pelo Castanhão seria de competência do Estado. Em 1994 iniciou-se a fase de

	<p>planejamento, em setembro de 2001, foi inaugurada a Nova Jaguaribara e em julho de 2002, foi fechado o nosso escritório na cidade. Durante todo este período, fui responsável pelo trabalho social desenvolvido junto à população e aos parceiros deste processo.</p>
17	<p>Nasci e me criei na velha cidade. O maior envolvimento foi com a área da saúde. O hospital começou a funcionar simultaneamente a mudança das pessoas. Os dois hospitais ficaram funcionando. O antigo só foi desativado com a saída do último morador.</p>
18	<p>Inicialmente, morava na fazenda Samaria, município de Jaguaribara e tinha casa na velha Jaguaribara a 6 km de distância. A fazenda foi muito bem indenizada e após 10 anos, de espera, mudei-me para Jaguaribara. Tinha muito gado, mas queria a construção da cidade. Na fazenda, as coisas eram difíceis, faltava água, energia, televisão, e gás butano na residência.</p>
19	<p>Chegou a Santa Rosa (Jaguaribara) distrito do Frade (Jaguaretama), a mudança para nomenclatura atual ocorreu em 1957. Não gostei. A visão era que a barragem não fosse construída e permanecesse na Velha Jaguaribara. Senti bastante. Morávamos numa cidade rica e hoje é a mais pobre do Vale do Jaguaribe. A antiga cidade tinha 889 casas, bacia leiteira com a produção de 12.000 litros de leite por dia. Usina de resfriamento de leite, fabricação de queijos. Hoje, não temos mais nada disso. A produção de queijo, agora, é feita com o leite dos municípios vizinhos (Alto Santo, Morada Nova, São João do Jaguaribe e Jaguaretama). Tínhamos água do Óros pelo rio, peixes e vazantes.</p>
20	<p>Acompanhei todo o processo. Participei da luta junto a associação dos moradores de Jaguaribara e da pastoral para que houvesse justiça social no processo de construção de casas, indenizações e respeito a população. Num primeiro momento, a população era contra a construção da Barragem. Não havendo jeito, começou a lutar pelos benefícios.</p>
21	<p>Filho de proprietário de uma pequena parcela da fazenda Várzea Grande na localidade de Aningas, à margem esquerda do rio Jaguaribe, a 12km da antiga sede. Morávamos em Fortaleza e representava a família nas reuniões. Sempre fomos favoráveis ao projeto.</p>
22	<p>No início, participei da associação contrária a construção, como toda cidade era contra. Participei, em Fortaleza, da reivindicação para não construção do açude (há 12 anos). Depois, quando constatei que não havia mais jeito, passei a participar de reuniões em defesa dos interesses da população. Participei de algumas reuniões do grupo multiparticipativo. Tivemos como apoio a irmã Bernadete Neves, irmã Cordimariana, que foi braço forte. Sem sua ajuda, teríamos</p>

	perdido muito. Ela foi tudo na luta. Morou 32 anos em Jaguaribara.
23	Muito tenso, como presidente da câmara e como proprietário, iniciei uma luta junto a população, contra o governo, que não sinalizava dar os direitos corretos aos Jaguaribarenses. Com o tempo conseguimos melhorias aos poucos.
24	Não tive envolvimento direto, sabia o que acontecia e era apenas responsável pela liberação de água e não participei do grupo multiparticipativo.
25	Morava há 44 anos no sítio que pertenceu a seus pais, localizado dentro da Bacia Hidráulica do Castanhão. Devido à mudança, hoje, é reassentada no Projeto Mandacaru, há 9 anos.

Fonte: Autora (2014).

Todos os entrevistados tiveram participação ativa no processo de construção do Complexo Castanhão, dividiram-se em agentes governamentais que conduziam as obras e atividades sociais de organização dos habitantes, políticos da região e habitantes do município de Jaguaribara. No início das ações para a construção, houve a oposição dos moradores, fazendo manifestações, se organizando e lutaram o quanto possível para evitar a obra, por se tratar de um processo doloroso que lhes causaria danos psicológicos e por temerem prejuízos materiais e econômicos. No entanto, a luta não teve êxito e a obra teve início. Mantiveram-se organizados para garantir que seus direitos fossem preservados e respeitados.

Tabela 5 – Respostas à Pergunta nº 2.

Entrevistado	PERGUNTA Nº 2 – O QUE O SENHOR(A) DESTACA DA EXPERIÊNCIA VIVIDA?
1	A luta como um todo, o envolvimento da comunidade, união do povo, independente de posição política ou credo... sem dúvidas, momentos únicos e de muita luta.
2	Toda a experiência foi inédita para a equipe, pelo fato de ser a maior obra de Barragem construída no semiárido para aproveitamento de recursos hídricos e pelo impacto ambiental e social que causou com a formação do grande lago, que implicou em diversas mudanças para a população local, nas desapropriações, no reassentamento de todas uma cidade (Jaguaribara) e parte de outra (Jaguaretama), e até mesmo, em acordo de fronteiras que tiveram que ser negociadas. Foi uma etapa de trabalho inovadora pelo ineditismo da ação e pelo aspecto social que nos envolveu, inclusive, emocionalmente, já que a negociação

	era continua durante todas as etapas do processo.
3	Um fato novo, é que a barragem foi construída concomitantemente com a cidade e com os projetos de irrigação do entorno que iria apoiar a economia da nova sede municipal. A obra foi construída com ampla participação. Mediante um estatuto parlamentar.
4	Uma grande aprendizagem, e hoje colhemos muitos frutos. Sinto-me altamente beneficiado por morar numa cidade saneada e com perspectiva de futuro. Atualmente, já existem atividades produtivas que dão uma sustentação com geração de emprego e renda.
5	Não queria mudar, estou em Jaguaribara à força.
6	A saída de cidade. A perda da vizinhança. Muitos foram embora e outros para locais diferentes. E a remoção dos corpos que foi muito dolorosa.
7	Destaco a pouca atenção dada ao ser humano. A estrutura física está ótima, mas a atenção dispensada não foi a merecida. Pessoas que moravam na zona rural, trabalhadores rurais das fazendas foram reassentados, receberam casa e lote, mas sem estrutura, sem as mesmas condições de subsistência anteriores. Os grandes proprietários receberam suas indenizações. Os projetos, até hoje não estão em funcionamento (Mandacaru e Curupati). Onde foi implementada a irrigação não houve um acompanhamento psicológico e técnico. Houve aumento de alcoolismo, inadimplência nos contratos, e como resultado, quebradeira da maioria. Renda de R\$ 5.000,00 para quem ganhava a sobrevivência não foi aproveitada, resultando em aumento do alcoolismo e desagregação das famílias.
8	A importância de permitir a discussão dos envolvidos. A tabela de pagamentos foi discutida com os proprietários. A ação dos movimentos populares, como por exemplo, o MABE, a Igreja, através da irmã Bernadete.
9	As pessoas que tinham casa de taipa receberam casa de alvenaria com banheiro, energia, água e esgoto. A conquista da associação que conseguiu com o Governo do Estado 215 casas para pessoas carentes que moravam de aluguel ou com os pais.
10	Lá tinha, uma vida boa. Trabalhando no açude público do velame em Vazante arrendada do DNOCS. Criava, tirava milho, feijão, galinha d'água, peixe. Da vazante tirava o sustento dos animais. Tinha produção. Tem noite que acordo e penso ainda estar lá. Hoje, venho do sindicato mas não tenho água para plantar.
11	O mais importante foi aprender com o povo a cultura, os relacionamentos, a partilha e a convivência. Durante a luta, foi muito importante assumir em conjunto, desenvolvendo um processo de coresponsabilidade. O despertar e

	formação de lideranças.
12	A participação da população em todo o processo.
13	Inicialmente, a confiança do Governador do Estado e secretários na equipe básica de interlocução. A estratégia de abordagem da equipe em relação à população. Em primeiro, lugar 20 (vinte) dias conhecendo a população. Após a apresentação e a aprovação pela população, de todos os projetos arquitetônicos e do plano de realocação, houve um plebiscito para saber se faria réplica das igrejas e qual o tipo de cemitério a ser construído.
14	Destaco a participação popular representada pelas lideranças locais, nas diversas discussões que envolvia a obra, desde as desapropriações até o reassentamento.
15	Destaco o efeito positivo de uma grande obra, no caso o projeto Castanhão, ser realizado de uma forma participativa entre os seus promotores (setor público, estadual e federal), e os seus beneficiários (sociedade civil). O modelo adotado obteve repercussão não só no Brasil, mas até junto a instituições internacionais, como o Banco Mundial, que em alguns momentos participou desta exitosa experiência.
16	A intensa participação da população, fruto da influência e das orientações da Igreja, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC). A população conhecia e rejeitava as experiências anteriores, vividas por outras comunidades atingidas por barramentos e que foram reassentadas. Visitaram algumas delas e tinham farto material (vídeos, relatórios, reportagens) sobre outras tantas. Podiam não saber dizer com clareza o que queriam, mas sabiam por certo o que não queriam.
17	Tinha 28 anos e tive uma grande tristeza por ter que deixar a cidade, foi um choque térmico, com alegria pela cidade planejada. Tive prazer em vir morar na nova cidade.
18	Gostávamos muito de lá. A grande diferença é que lá, fazíamos caminhada de 2 km e nadávamos no rio. A perda disso foi ruim. Foi muito ruim perder o rio. Não tinha ladrão.
19	Uma dificuldade maior em tudo. Queda na produção. A população criava e apurava dinheiro para comprar o que precisava. Pessoas da zona rural, o pouco que trouxeram, foram vendendo para comer e hoje estão pobres. A mudança, sair de onde é aclimatado para uma terra nova, para fazer tudo de novo, não é

	bom. Todos os antigos fregueses foram para Jaguaretama, Limoeiro, Russas e etc. Até o assentamento de Alagamar perdeu para Jaguaretama.
20	O destaque maior foi a união do povo, inclusive dos partidos contrários, em prol da mesma causa. A participação da Igreja católica, liderada pela irmã da congregação Cordimariana, Bernadete Neves. A perda da identidade, o sentimento de pertença. Só agora, após 12 anos, é que, os habitantes começam a sentir a cidade como sua.
21	Dificuldade de conseguir a indenização por se tratar de uma partilha, onde os herdeiros eram muitos e dispersos, sem possuir a documentação exigida. Aposentado em 1998, agilizei os procedimentos e voltei a residir em Jaguaribara, a fim de facilitar os contatos.
22	Antes receio. Com 21 anos, cheguei a Jaguaribara vindo do sitio Raiz e coloquei pequeno comércio. A mudança mexeu muito com a gente, estávamos enraizados; o maior impacto foi sair; depois da mudança me adaptei rápido. Gosto muito daqui; só tivemos a ganhar, mudamos com tudo pronto, recebi casa de morar.
23	Foi muito marcante. O Castanhão tem grande importância para o Estado, mas a forma como foi executado, com promessas do Governo do Estado que levaria indústria e turismo, porém nada disso aconteceu.
24	Toda mudança traz transtornos humanos. Poderia estar melhor se tivesse maior empenho do governo e iniciativa privada. Mesmo assim, hoje, está melhor do que antes. Antes a maioria trabalhava com fazendeiros, não tinham propriedades. Ao saírem receberam casa com energia, água e lote para plantar. Embora, só agora, alguns projetos ainda estão sendo implantados.
25	Muita promessa e pouca ação, fomos trazidos para trabalhar em um perímetro irrigado, como fonte de renda para as famílias. Hoje, estamos com quase 10 anos, o perímetro ainda encontra-se parado e a comunidade não possui nenhuma fonte de renda.

Fonte: Autora (2014).

Observam-se tanto aspectos positivos como negativos, apontados pelos entrevistados. A experiência de luta pelos seus interesses e direitos, com a participação popular auxiliada por entidades como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Igreja, o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) e políticos locais, ainda que adversários em momentos políticos, mostrou-se muito rica. Quanto aos aspectos habitacionais, alguns já passam a se sentir ambientados na nova cidade, enquanto outros continuam nostálgicos lembrando às suas antigas moradias, vizinhanças e o banho de rio, lazer preferido. Além desses aspectos, se

queixam, ainda, de promessas não cumpridas pelo Governo, deixando a população sem fonte de renda. Projetos de irrigação planejados não foram executados nem entregues. Houve também a promessa de instalação de indústrias e a exploração turística da barragem que traria consigo empregos para a população que ainda não foi cumprida.

Tabela 6 – Respostas à Pergunta nº 3

Entrevistado	PERGUNTA Nº 3 – QUAIS OS ASPECTOS POSITIVOS QUE O SENHOR (A) DESTACA DESSA EXPERIÊNCIA?
1	União. Conquistas importantes, como a construção da cidade
2	Foram inúmeros os desafios, inclusive pelo fato de ser uma mulher, engenheira civil, comandando as obras da maior barragem do DNOCS, órgão muito tradicional sobre esse aspecto. Muitos achavam que eu não “daria conta do recado”. Mas, por outro lado, trabalhar numa obra onde o reassentamento era o maior impacto vivenciado no estado do Ceará, teria que ser feito por mulheres, como disse num relatório um representante do Banco Mundial, que veio conhecer nosso trabalho, onde ressaltou que o comando do Castanhão estava nas mãos das mulheres, ou seja, eu comandava as obras de engenharia, a irmã Bernadete comandava o trabalho junto à população, e a Marilac, arquiteta do governo do Estado, comandava o reassentamento da população e a construção da Nova Jaguaribara e parte de Jaguaratama. Realmente, foi o maior desafio profissional da minha vida, mas foi o trabalho mais gratificante que eu fiz como engenheira do DNOCS, que me deu muitas preocupações, mas trouxe muitas alegrias no processo de negociação e construção de uma obra que hoje beneficia milhões de pessoas, levando até elas o bem mais precioso da natureza, que é a água, numa região inóspita (parte do lago está localizado numa área em processo de desertificação), e para uma população extremamente pobre e carente. O Castanhão mudou a história do Ceará, do nordeste semiárido e do DNOCS. A sensação é de missão cumprida enquanto técnica e, sobretudo, como servidora pública e cidadã.
3	Pela primeira vez, numa transferência de uma cidade na região semiárida, foi selecionada uma área com mancha de solo sedimentar com recursos naturais capazes de dar uma qualidade de vida boa para a cidade.
4	Melhoria da qualidade de vida em termos econômicos, como a piscicultura e

	o projeto de hortifruticultura do Curupati. As habitações de excelente qualidade. Esperança do projeto mandacaru de vacas leiteiras, começar a produzir. Melhoria da educação e saúde no mandato da Dra. Emilia, posteriormente ouve uma deterioração, atualmente sinaliza melhorias.
5	Casa melhor, bancos, saúde melhorou, administrador muito bom, o melhor prefeito do vale.
6	A casa atual é melhor. Os vizinhos novos são bons, minha casa é perto da igreja e a rua calma. O processo de participação teve alguns resultados positivos.
7	Estrutura física, melhoria da autoestima, implementação da criação de peixes em cativeiro, mobilidade urbana, melhoria dos serviços oferecidos – 100% de água, energia, melhor condição para criar os filhos.
8	A oportunidade de continuar com as atividades anteriormente trabalhadas. Melhoria de vida. Hoje, moro a 1.300m da sede municipal. Melhoria da infraestrutura. Hoje, temos água esgoto e energia. Melhor da assistência médica, com o acesso ao posto de saúde, à educação, especialmente em função da distância. O que foi prometido vem acontecendo.
9	Apoio da Igreja, especialmente, da irmã Bernadete. A infraestrutura física dos prédios públicos. Diálogo com o Governo. Respeito mútuo entre atingidos e Governo. Troca de experiências. Foram visitadas, por atingidos, várias barragens, em Açú no Rio Grande do Norte e Sobradinho em Petrolina.
10	O benefício da perenização, servindo para muita gente, daqui até Fortaleza. A piscicultura, que dá trabalho e renda para muita gente. Muitos mudaram de vida. Melhoria das condições habitacionais, água e luz para todos.
11	Todas as decisões, com a participação dos envolvidos, da tabela de preços, modelo das casas, cemitério, igreja, a mudança, etc. O direito do povo manifestar-se no grupo multiparticipativo. A realização do plebiscito para escolha do local da cidade nova. A conquista dos projetos de irrigação e de sequeiro para o povo.
12	Foi o principal trabalho da minha vida profissional. A participação e envolvimento da população, que norteou todo o processo, tanto o projeto como o reassentamento das famílias. A melhoria da qualidade de vida em função da infraestrutura da nova cidade. Cidade com 100% de cobertura de

	água, esgoto, energia, etc.
13	Participação da população. A unidade da equipe. A confiança do Governo.
14	Nenhum proprietário ficou desamparado pelo Governo, em relação às suas propriedades, foram indenizados e receberam imóveis tanto urbanos como rurais (urbano da sede e rural os assentamentos do Alagamar, Curupati e Mandacaru). A transferência da cidade de uma região com solo “pedregoso” para um planalto de terras férteis próximas ao lago do Castanhão, com acesso aos benefícios provenientes desse lago.
15	O aspecto mais positivo foi a participação de todos, principalmente da sociedade civil, diretamente impactadas pelas obras, dos benefícios que delas adviriam e os impactos negativos por eles enfrentados, particularmente destacando-se a perda de sua cidade, cuja saudade ficou impregnada na sua população. O trabalho participativo realizado teve, principalmente, o mérito de amenizar e aceitar esta saudade.
16	Foi um trabalho com começo, meio e fim. A população participou efetivamente de todo o processo de planejamento e execução da Nova Jaguaribara. Isto foi bom, por que respaldou algumas decisões que desagradaram uma maioria. Por exemplo, na cidade velha o cemitério tinha o modelo tradicional das cidades do interior, com os ricos em túmulos de alvenaria e capelinhas situadas nos lotes da frente e os pobres em covas cavadas na terra dos fundos do cemitério. Para a construção do cemitério da Nova Jaguaribara foi apresentado um vídeo sobre como era um cemitério parque e feito um plebiscito, com urnas espalhadas por toda a cidade. Foi o desejo da maioria que esse tipo de cemitério fosse edificado. Alguém falou “se não somos iguais na vida, que pelo menos o sejamos após a morte”. Claro que os “ricos” reclamaram. Outra decisão acertada foi não informar onde exatamente seria localizada a casa de cada família a ser reassentada, escolhiam o modelo e sabiam que tentaríamos manter as relações de vizinhança, mas não sabiam exatamente qual era a sua casa. Como podiam visitar as obras “fiscalizavam” todas e não apenas a sua e garantiam assim um padrão construtivo igualitário.
17	Cidade nova, toda projetada e 100% planejada. Prédios públicos que não existiam antes, tais como, CVT, vila olímpica, avenidas de mão dupla e casas projetadas. Emprego e renda com a criação de tilápia. Morar ao lado de uma mina de ouro que é o açude Castanhão. Surgimento do turismo e conseqüentemente, renda.
18	Perto da igreja onde frequentamos e ajudamos com o trabalho voluntário.

	Foi muito boa a indenização, compramos três apartamentos. Vivemos de renda, aluguel dos três apartamentos, e aposentadoria do INSS.
19	Cidade bem construída, prédios e casas organizadas e 100% saneadas. O novo mercado da cidade é bem melhor para o trabalho.
20	A união da comunidade, de um modo geral, em torno de uma causa. A compreensão dos benefícios que a barragem traria, mesmo com o sacrifício da população. Como por exemplo: água para Fortaleza e irrigação para o resto do Vale, controle das enchentes, água para criação de peixes em cativeiro, a infraestrutura melhorada e saneamento. A troca da pavimentação em pedra tosca por paralelepípedo e a troca de casas de taipa por casas de alvenaria. Houve o aumento de empregos na sede (desemprego na área rural).
21	Melhoria da situação habitacional. Facilidade de comércios e saúde. Cidade sem mosquitos e muriçocas. Cidade planejada, casas bonitas e bem feitas. Esgotamento sanitário e iluminação pública.
22	Dei-me bem com minha família. Recebi casa de morada e ponto comercial. Devemos muito ao Governo da época pela cidade que construiu. Até hoje, estou achando maravilhoso, a saúde esta melhorando, existem vários projetos a serem colocados em prática.
23	Ver a importância do Castanhão para o Estado, atendendo a população que fica em torno do canal e, principalmente, a capital do Estado. O avanço da piscicultura.
24	União e persistência dos habitantes que participaram do grupo Multiparticipativo, fazendo uma pressão grande ao Governo no sentido de conseguir melhor valor nas desapropriações, como também, na melhoria das casas.
25	A localização do assentamento é bem favorável, pois se encontra próximo à sede do município. A importância do acúmulo de água para a sobrevivência humana e animal. Condições dignas de moradia como: água, energia, acesso, educação saúde, etc.

Fonte: Autora (2014).

Foram muitos os pontos positivos da experiência de construção do Complexo Castanhão, tanto vistos pelos técnicos como pela população. O reassentamento da população, para uma cidade totalmente planejada, foi uma

experiência de grande relevância, por se tratar da primeira realizada no Brasil; planejada e executada por técnicos especializados, como, arquitetos e engenheiros, e proporcionou melhores condições de habitação à população, parte da qual ainda morava em casas de taipa (ver anexo1). Esgotamento sanitário e iluminação pública também foram citados entre as melhorias. Prédios públicos que não existiam antes, como, CVT, vila olímpica, avenidas de mão dupla e casas, hospital, centro comercial, todos projetados. No que se refere à questão da renda, foi ressaltado o bom resultado da implementação da piscicultura.

A união da população na defesa dos seus direitos, a luta por melhores indenizações e a melhoria da autoestima foram reconhecidas por muitos dos entrevistados.

Tabela 7 – Respostas à Pergunta nº 4.

Entrevistado	PERGUNTA Nº 4 – QUAIS OS ASPECTOS NEGATIVOS?
1	A dor maior de ter que sair da sua terra, e as dificuldades impostas pelo Governo em um apoio posterior à mudança.
2	Os inúmeros problemas vivenciados, dia após dia, minuto a minuto, além da enorme responsabilidade técnica e gerencial diante da grandeza da obra. Os conflitos de interesse, a ingerência política e, sobretudo, a responsabilidade na administração competente e correta na aplicação do dinheiro público, de forma transparente e operacionalmente ágil foram os maiores desafios do meu cargo. Tudo isso me trouxe problemas de toda espécie, vencidos pela força do trabalho, pela boa vontade da competente equipe e dos colaboradores e pelo apoio institucional que tínhamos durante essa missão. No momento em que faltaram essas prerrogativas, solicitei minha exoneração do cargo, com a certeza de que já tinha dado minha melhor contribuição técnica e pessoal para a população do semiárido e do estado do Ceará. Isso aconteceu após quase 5 (cinco) anos de obra. A barragem foi construída em 2003.
3	Ouve um descompasso entre a implantação da cidade e a operação das áreas irrigadas. Não há uma completa integração entre a população e o projeto hidroagrícola.
4	Falta de segurança, droga, a descontinuidade dos programas da prefeitura na gestão

	anterior, má gestão da coisa pública, falta de liberdade em função da insegurança.
5	Ainda hoje, não me acostumei, cidade cheia de bandidos e ladrões, na cidade antiga tinha muitos amigos, o rio era perto, tinha peixe a vontade e dormiam-se de portas abertas.
6	O não cumprimento de multas, promessas feitas como, por exemplo: tinha duas casas, só recebi uma, e a indenização da outra foi muito baixa. E o mesmo ocorreu com os prédios comerciais. Tinha dois, recebi um e o outro indenizado com baixo valor. Em Jaguaribara as casas tinham muro alto, aqui são baixos.
7	O principal foi a perda sentimental. As perdas humanas. Pessoas da periferia que moravam em casa de taipa foram alocadas no centro, e posteriormente, por falta de acompanhamento, falta de renda, as casas foram vendidas e voltaram para a periferia nas condições anteriores. Pendências nos pagamentos das indenizações, kits construções entre outros. Reassentamentos que por falta de uma política de emprego e renda, comeram o que já tinha acumulado, e até hoje, estão a espera da implantação dos projetos planejados. Madacarú: mudança do projeto original que era fruticultura para bovinocultura, o que até hoje não foi concretizado. Limitação no plantio, nos assentamentos (6 vacas ou 18 criações). Esfacelamento da célula familiar. Não tem condição e permanência da família na terra.
8	Demora no atendimento ao que foi prometido. Não esta sendo feito o trabalho no sentido de resolver o problema de habitação para os filhos dos reassentados. Estes casam e não tem onde morar. Indenização da propriedade da terra, retardando a implantação do projeto de irrigação. Áreas que pensavam ser do estado são do DNOCS. Atualmente, o Estado esta adquirindo a parte produtiva, a parte residencial é do DNOCS. Sair de uma vida estabilizada para uma situação de promessa de solução a longo prazo. Não houve acompanhamento, capacitação na área social acarretando pessoas indo embora, desorganização da comunidade. Falta de políticas públicas para os assentados.
9	O Governo não estruturou o mercado de trabalho para a juventude. A falta de confiança da população para com as lideranças. Falta de lazer para a população. O rio que era a principal atração ficou distante. A perda das raízes. A quebra dos laços da vizinhança. Mudança de profissão, por exemplo, de vaqueiro para piscicultor.
10	O impasse quanto a propriedade da terra. Agora parece que o Governo comprou áreas a particulares e ao DNOCS. Água descendo no canal e pessoas abastecidas por carro pipa. Deveria ter adutora. Muito difícil para os agricultores. Com todo este tempo, os projetos ainda não foram implantados. Na cidade antiga, acordava, só tinha água no pote, pegava uma tarrafa, morava na beira do rio, voltava para casa

	com peixe. Hoje acabou-se. Alto custo de água e gás.
11	Promessas não realizadas, tais como: escrituras de 403 imóveis, titulação completa dos lotes, 390 sem receber o kit construção, implantação dos projetos, ainda hoje, com pendências, construção da casa da memória e outros mais. Por exemplo, a sra. Maria Negreiros morreu e não recebeu a indenização por uma área inundada de sua propriedade. Comunidades em Jaguaribara sem água.
12	O sofrimento da população em função da perda da cidade que ficou submersa juntamente com sua história.
13	Choque com oligarquias políticas nos afetou, principalmente, na parte de permuta no plano de realocação e indenização de propriedades.
14	Desconhece aspectos negativos.
15	A perda de sua história, principalmente, representada pelo desaparecimento da antiga sede do seu município, que foi inundada pelas águas do Castanhão.
16	Ter, em alguns casos, cedido, do ponto de vista técnico, à pressões da população achando que com isso minorava o impacto do trauma do reassentamento. Por exemplo, o tamanho dos lotes na Nova Jaguaribara foi uma exigência da população e com isto tivemos um afastamento muito grande das casas o que provocou também um afastamento psicológico das famílias. O jardim, na cidade velha um privilégio de ricos, foi dado a todos e como consequência foi eliminado o costume de sentar nas calçadas que era um hábito bom e agregador.
17	Principalmente no que se refere à ocupação da juventude. faltou qualificação, de modo que na mudança ficassem engajados no mercado de trabalho, como não foi feito isso, houve evasão, outros ficaram sem ocupação ocorrendo grande aumento de usuários de drogas. Ausência do governo federal, estadual e municipal, para fomentar a implantação de indústrias no município. Para fixar jovens, tem que ser em fábricas o que implica na necessidade de cursos técnicos voltados para a indústria.
18	A interrupção das atividades. Depressão por ficarmos parados. Na cidade antiga era tudo muito perto. Já não participo da feira com produtos que revendia. A perda das atividades de rezeiro e vazanteiro. A perda da venda de gado e ovelha por não ter onde criar. O aumento grande do uso de droga no município. Aumento da criminalidade, outro dia foi baleado um homem em casa por um desconhecido.
19	Saneamento caro com água e esgoto. Antigamente era só água e energia. A taxa de esgoto é caríssima.
20	A perda da identidade, o sentimento de "pertença" por parte da população que habitava na época. Perda de patrimônio dos habitantes da zona rural. População

	rural não soube utilizar com sabedoria o dinheiro das indenizações. Distanciamento entre as famílias, perda de vínculos. Aumento do consumo de drogas e violência (aumentos de roubos, prostituição e assassinatos no meio da juventude) aumento da zona periférica com pessoas de fora da zona da cidade. Falta de lazer para crianças e adolescentes. Ao ser comunicada a construção do açude, a cidade velha parou no tempo causando emigração, principalmente, para o sudeste. (desemprego na área rural)
21	Distância do rio, inclusive sem acesso para vazantes. Pseudoproprietários do rio não dão acesso, cercando indevidamente as terras do leito. Em Jaguaribara, era livre de ponta a ponta do rio, se constituindo área de lazer da população. Falta área de lazer atualmente. Insegurança por persistirem várias vias de acesso (anteriormente, o acesso ao município se dava por uma única CE tornando visível quem chegava e quem saía). Aumento, desordenado da população em razão do projeto. Retirando população rural para a cidade.
22	Muitos roubos e homicídios, precisando muito de segurança. Falta de emprego. Colocar em prática os projetos planejados.
23	Não ter havido uma articulação maior dos políticos para conseguir terra produtiva para os municípios vizinhos, para substituir as áreas inundadas. A perda da maioria de nossas terras e o Castanhão fica no Alto Santo. Faltou compromisso dos políticos do Governo com a população. A demora das indenizações. Falta de programa de qualificação para o povo.
24	Falta de empenho das autoridades para usar melhor o potencial hídrico do Castanhão. (irrigação, lazer, produção de pescado, etc). Poderia ter fábrica de beneficiamento de pescado.
25	Falta de implementação do projeto produtivo para gerar renda. Criminalidade que aumentou muito. Falta de informação sobre o andamento do projeto. Promessas não cumpridas, como contrapartida do estado. As decisões deliberadas, pela maioria, não estão sendo respeitadas.

Fonte: Autora (2014).

A perda de vínculo, das raízes culturais e sociais foi um ponto negativo muito relevante que afetou a população, dentre outros. A falta de capacitação e a não criação de oportunidade de engajamento da população em atividades produtivas, o que provocou a evasão de muitas pessoas para outros lugares. A mão de obra ociosa, principalmente de jovens, foi avaliada como o principal motivo para

o aumento do consumo de drogas, da criminalidade e a conseqüente falta de segurança, enquanto a antiga cidade era muito pacata. A não conclusão dos projetos de perímetros irrigados, como também, a falta de projetos para outras potencialidades do açude são apontados como pontos críticos. A perda de área de lazer, com o distanciamento do rio, o isolamento das pessoas, e principalmente a perda das vazantes e áreas produtivas. Pessoas tiveram suas atividades produtivas interrompidas, ficando sem terras para plantar e criar, fato agravado pela não implementação dos projetos previstos.

Tabela 8 – Respostas à Pergunta nº 5

Entrevistado	PERGUNTA Nº 5 – NA SUA VISÃO, O PROJETO ALCANÇOU BOM RESULTADO?
1	Socialmente e culturalmente não.
2	Sem dúvida! Impactos irão sempre existir em intervenções como essa. No entanto, hoje, mesmo com a saudade dos tempos da velha Jaguaribara e dos valores perdidos na grande mudança, a população tem reconhecido os ganhos em qualidade de vida. E, se falhas ocorreram, merecem ser corrigidas pelos atuais gestores da nova Cidade de Jaguaribara e de parte de Jaguaratama, que foi reconstruída. De 2012 a 2013 temos vivenciado um dos maiores períodos de secas dos últimos 50 anos e tem sido o açude Castanhão o reservatório de suporte ao abastecimento humano da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Trazendo água de qualidade e em quantidade suficiente através do Eixão das Águas – Canal construído pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – numa parceria com o DNOCS, através da operação do açude Castanhão, foi evitado assim, o racionamento de água tratada e assegurado o abastecimento de 2,5 milhões de habitantes da grande Fortaleza. Isto nos faz concluir que o sacrifício do povo de Jaguaribara e Jaguaratama durante o reassentamento da população no período das obras não foi em vão, pois, hoje, estão ajudando a levar água para milhões de pessoas que vivem ao longo do trecho do canal e em Fortaleza, ajudando a amenizar os efeitos desta seca inclemente. Além disso, em 2004 e 2009, anos de cheia, o Açude Castanhão evitou grandes inundações na região do Baixo Jaguaribe, minimizando, consideravelmente, as cheias em Jaguaruana e Itaíçaba, cidades com histórico de cheias destruidoras em anos anteriores à conclusão do açude Castanhão. Desde 2004, ano seguinte à conclusão de suas obras, o Castanhão vem

	cumprindo seu objetivo de controle de cheias e, agora de abastecimento a grandes cidades, no período de secas prolongadas, eventos críticos que caracterizam nossa Região Semiárida Nordestina.
3	O Castanhão, por si só, se justifica por salvar Fortaleza, nesses anos de crise climática, (9m ³ só do Castanhão), e apoiar o complexo turístico portuário e industrial da região metropolitana de Fortaleza. Em relação a comunidade rural, livrou o Baixo Jaguaribe do prejuízo das enchentes, e sustenta toda a agropecuária da região.
4	Com certeza, especialmente, na perspectiva de futuro. Os investimentos tiveram retorno. A cidade, com grande potencial de crescimento, espera-se investimentos tanto públicos como privados. A estrutura física e o potencial hídrico estão disponível.
5	Mais ou menos, por uma parte, mais facilidade com o açude. Muitas pessoas mudaram para outras cidades.
6	Para algumas coisas sim, por exemplo: cidade planejada, de um modo geral a economia melhorou, transporte melhorou, temos rodoviária. Antigamente, era muito difícil. O comercio se expandiu.
7	Alcançou. No geral, houve melhoria, mas existem pendências que devem ser resolvidas para melhorar por exemplo funcionamento do CVT, Distrito industrial e outros.
8	Alcançou bom resultado, considerando que o projeto produtivo será concluído.
9	As conquistas positivas foram muito maiores que as perdas.
10	Até agora, não alcançou o que foi prometido. Até hoje, esperamos as vacas. Existe capim irrigado, mas as vacas não tem previsão (projeto para 170 pessoas com lotes de 3 hectares para cada).
11	Alcançou vários pontos positivos. Os projetos de irrigação foram destinados ao povo, e anteriormente, era destinado às empresas. A melhoria da qualidade de vida, especialmente, com relação à habitação.
12	Sim, foi um trabalho exitoso.
13	Sim, especialmente no que se refere ao que foi planejado, resultado do processo construído pelas autoridades e população.
14	Sim, alcançou, especialmente, com a implantação dos projetos de irrigação, implantação da piscicultura, com a geração de milhares de empregos. Garantia do abastecimento da região metropolitana de Fortaleza, mesmo diante da maior seca dos últimos 60 anos. Levará água também ao porto do Pecém.
15	Sim. É evidente que as ações implementadas deviam ser seguidas com seriedade e

	com continuidade, respeitando a dignidade deste povo, que com sacrifício, abandonou as suas terras, para criar água e produzir riquezas para amplas áreas do estado do Ceará, beneficiando mais de 40% da população do estado.
16	Sim, foi construída uma cidade boa, bem planejada e bem construída. A decisão de remover a população não estava no âmbito de nossas atribuições e, portanto não será aqui destacada. Nosso trabalho foi, frente a uma decisão superior de construir um barramento que implicaria na remoção de um contingente populacional expressivo, garantir que esse processo fosse o menos traumático possível. Isto foi feito. Do ponto de vista material houve ganhos expressivos para 99% da população reassentada. Pessoas que moravam em casas de taipa, na beira do rio, criando porcos no quintal, tiveram direito a uma casa de alvenaria com banheiro, água encarnada, esgotamento sanitário, iluminação, etc. famílias que coabitavam, tiveram direito à uma casa. As edificações de uso público, tais como, as escolas, creches, hospital, centro de saúde, centro administrativo, mercado, foram construídas com uma qualidade muitas vezes superior, sem exceção.
17	Mais ou menos. Falta emprego e renda, principalmente para os jovens. As oportunidades existentes estão contemplando os pais de famílias, acima de 40 anos. Os jovens não querem trabalhar no campo.
18	Sim. Alcançou um resultado muito bom. Muitos melhoraram sua renda com o peixe. A fazenda, se fosse hoje, ninguém queria mais trabalhar, hoje, quase todos os fazendeiros querem vender suas terras.
19	Funcionou bem para o estado, com garantia de água para Fortaleza e cidades vizinhas.
20	Avalio que sim. Por exemplo, no ano que passou que foi uma das maiores secas no nordeste, aqui pouco se percebeu, por conta da água. Como também, apesar da seca, aqui foi o maior produtor de peixes do nordeste.
21	Não. Por que ao retirar as famílias da área rural sem oportunidade de emprego e renda gerou inatividades, depressão e doenças.
22	Sim. Principalmente por que a cidade antiga é feia, e foi projetada uma cidade para 75 mil habitantes Com avenidas largas, hospitais, escolas, fórum, prefeitura, etc. só a igreja é igual à antiga.
23	Sim. Só em ter atendido a cidade de Fortaleza e as cidades a jusante. Uma seca dessa do ano de 2013 não afetou quase a população, em outras épocas era grande o desastre.
24	Não. Tem muita coisa a ser feita, necessita melhorias nos aspectos econômicos e

	sociais.
25	Não. O desenvolvimento prometido e sonhado ainda não chegou a população local, pois o projeto está parcialmente concluído, onde somente a parte hídrica esta pronta, ficando a parte socioeconômica ainda em aberto.

Fonte: Autora (2014).

Dentre os 25(vinte e cinco) entrevistados, apenas 6(seis) têm restrições sobre o sucesso do empreendimento, pois são pessoas atingidas pelo deslocamento e questionam a não conclusão dos projetos de irrigação, bovinocultura e indústrias previstas para a região, deixando a população sem fonte de renda, provocando depressão e doenças. Destacou-se uma maior preocupação para com os jovens em idade produtiva, os quais não têm opção de atividade e renda. Os demais são unânimes em afirmar a magnitude do projeto que livrou a região, bem como, 40% da população do Ceará dos efeitos da seca que já se alastra por 3 anos. As condições de moradia são citadas, a oferta de serviços de educação e saúde, cidade planejada e 100% saneada foram apontados como grande ganho para a população.

Tabela 9 – Respostas à Pergunta nº 6

Entrevistado	PERGUNTA Nº 6 – SE FOSSE COMEÇAR HOJE, O QUE DEVERIA SER DIFERENTE?
1	Maior investimento em políticas culturais e sociais, acompanhamento maior aos idosos da época, uma melhor preparação psicológica e exigência de maior número de projetos voltados para agricultura e pecuária.
2	Hoje, com o auxílio das novas tecnologias e com o avanço da comunicação, através da internet e das redes sociais, talvez, melhores mecanismos de comunicação social para amenizar o sofrimento das populações impactadas, embora esta seja uma região carente sob todos os aspectos. Com isso, possivelmente este processo de relocação da população poderia ter sido mais ágil e menos burocratizado, trazendo mais segurança à população impactada e melhores resultados aos Órgãos encarregados dessa difícil tarefa. Mas por força de abnegados servidores do DNOCS e do Governo do Estado do Ceará que trabalharam, incansavelmente, nessa difícil, porém socialmente importante tarefa. O reassentamento foi feito dentro do prazo previsto e a população tem aos

	poucos se adaptado melhor à nova cidade, que embora cercada de modernas instalações, deixou traumas incalculáveis às populações realocadas, por diversos fatores, como, questões históricas, sociais, culturais, financeiras e, até mesmo, psicológicas, que influenciaram na adaptação das famílias reassentadas na Nova Jaguaribara e em parte de Jaguaretama.
3	Insistiria em aproveitar a energia hidráulica do açude para produção e exploração da área de irrigação da mancha de solo São Brás, localizada ao lado do açude.
4	Agilidade na implantação das decisões. O tempo levado para que os projetos fossem implantados foi grande demais, submetendo a população, a muitos sofrimentos por não verem as coisas acontecerem.
5	Necessidade de empregos, fábricas para empregar os jovens.
6	Mais emprego. As pessoas dependem da prefeitura, piscicultores e aposentados. Mais incentivo para o povo desenvolver trabalho para o bem estar de todos. A compreensão da sociedade em conjunto para trabalhar por melhores dias.
7	Maior atenção ao ser humano, no que se refere ao engajamento em atividades produtivas.
8	No trabalho realizado, a barragem foi colocada em primeiro plano. Hoje, eu privilegiaria as pessoas. Após 12 anos, ainda estamos em processo de estabilização. Se fosse começar teria que inovar para a população acreditar. Já sair com o projeto de irrigação implementado para dar continuidade à vida anterior. Com a demora da implantação, houve desistências, descréditos, muitos foram para São Paulo, outros morreram e outros passaram a trabalhar como empregados, como faziam antes.
9	Serem concluídos os projetos produtivos, planejados para a área que, até hoje, estão por concluir. Se tivéssemos mais experiência, teríamos lutado junto do IPHAN para impedir a construção do açude, devido o patrimônio histórico. A igreja e o monumento histórico, que marca o local onde morreu o presidente da Confederação do Equador, Tristão Gonçalves, que foram cobertos. Ao invés de um grande açude, a construção de pequenas barragens.
10	Com a experiência do que passamos não deixaria que ocorresse, por exemplo, o não recebimento das indenizações de propriedades que eram de herdeiros. Os documentos exigidos, inventário e documentos da terra, eram cobrados com preços altíssimos pelos cartórios, e os proprietários não tinham condições de encontrar uma solução junto ao Governo.
11	Necessitava de uma maior preparação do povo para assumir as novas condições de vida. O povo chegou a desmanchar coisas por falta de conhecimento como,

	por exemplo, calçadas com acesso para cadeirantes foram tiradas alegando o uso de bicicletas. Parte das calçadas não impermeabilizadas foram cimentadas pela população.
12	Faria tudo da forma que foi feito. Foi um trabalho muito discutido, estudado e implementado de acordo com o planejado.
13	Uma equipe de apoio maior. Muitas atividades concentradas em poucas pessoas. O projeto poderia ser mais refinado.
14	Faria tudo do mesmo jeito.
15	Melhorar o modelo utilizado tornando cada vez mais crescente, o seu aspecto participativo. A experiência vivenciada mostrou alguns erros, porém, muito mais acertos foram buscados e em grande parte conseguidos.
16	Como expliquei no item 4, em alguns casos, tentaria impor o critério técnico para a tomada de decisões. Foi uma experiência inédita no estado e na vida dos que pensaram e fizeram a Nova Jaguaribara. Foi uma experiência de muita empatia e por isto mesmo sofrida. Cada situação era uma novidade sem referências anteriores de tratamento, hoje, acho que conduziria melhor este processo.
17	Que a transição ocorresse já com os projetos implantados.
18	A cidade não deveria ter sido aqui, aqui é lugar de pistoleiro, de muito bandido, deveria ter sido na barra perto de Jaguaribe.
19	Votava a favor do passado. Deixar como estava.
20	As ações serem desenvolvidas em tempo hábil. Dar agilidade nos processos. Ainda hoje, existem pendências.
21	Começaria resolvendo os problemas decorrentes dos projetos com as pessoas. Por exemplo, assentamentos Mandacaru, Curupati e Alagamar que até hoje não funcionam, fossem equacionados, antes da mudança. Cuidaram das obras físicas, mas não dos atingidos. Em 2001, mudança da cidade. Na zona rural quando a barragem encheu em 2004, houve perda de animais por falta de transferências e demolição dos imóveis já indenizados. Faltou planejamento com as pessoas.
22	Acrescentaria poucas coisas. A cidade está ok apenas falta emprego.
23	Uma política de envolvimento da população atendendo as reivindicações especialmente dos diretamente atingidos. O governo botou o carro antes dos bois. As indenizações demoraram muito, de 1986 para 2002 só houve uma correção. Qualificar o povo, até hoje, tem muitas pessoas ociosas.
24	A diferença seria maior integração dos órgãos para o aproveitamento do potencial

	hídrico do açude.
25	Tudo, com inversão da programação, primeiro pensar nos projetos produtivos para gerar renda para as famílias e depois pensaria na obra, para que, quando as famílias fossem reassentadas, já estivessem produzindo, somente assim o desenvolvimento chegaria.

Fonte: Autora (2014)

Foram muitas as colocações quanto a não implementação dos projetos previstos. O tratamento dado às pessoas, principalmente idosos e jovens, foi um dos pontos enfatizados. Foi sugerido que se fizesse um acompanhamento e orientação à população para a vida na nova realidade, especificamente, no que se refere ao respeito ao Plano Diretor da cidade. Deixar claro, por exemplo, a necessidade das rampas e áreas não impermeabilizadas nas calçadas, obediência ao projeto de loteamento e respeito às áreas verdes previstas, de acordo com o projeto original. Todos os entrevistados foram unânimes na ideia de que os projetos produtivos deveriam ter sido implementados antes do açude, para que as atividades dos produtores não sofressem solução de continuidade, o que deixou muitas pessoas sem uma fonte de renda.

Tabela 10 – Respostas à Pergunta nº 7.

Entrevistado	PERGUNTA Nº 7 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES
1	Como um todo, o processo foi importante para o estado, porém deixa a desejar para o município em si. Pouco investimento para alavancar o crescimento econômico de um município que passou anos sem investimento devido a mudança.
2	Uma das tarefas mais traumáticas e difíceis foi a transferência dos mortos para o novo Cemitério da Nova Jaguaribara, vez que os mortos são muito reverenciados e respeitados nas tradições e crenças das pessoas que vivem no interior do Nordeste Semiárido. Assim sendo, para esta transferência tivemos que exumar todos os cadáveres do Cemitério da antiga cidade e enterrá-los no Cemitério da Nova Jaguaribara. Foi um processo doloroso e impactante sob o aspecto social, cultural e religioso.
3	O exemplo do Castanhão não foi seguido pelos demais grandes projetos do Ceará e do Nordeste, principalmente, no que diz respeito ao exercício

	parlamentar que apoiou as ações da obra no território.
4	Ainda tenho grande esperança de ver a cidade crescer e desenvolver-se com a geração de emprego e renda. Agradeço a seriedade com que os gestores da época conduziram o processo de construção da nova Cidade, hoje, é um orgulho morar em Jaguaribara.
5	Com a mudança perdemos pais e amigos. Muitos morreram com depressão e tristeza; vivo direto no remédio.
6	Trabalhar unidos para a conquista de benefícios para todos.
7	Asfaltamento do acesso ao Curupati, funcionamento do CVT, política pública para os jovens que concluem o ensino médio.
8	Muita coisa prometida pelo Governo Federal, através do DNOCS à época, até hoje, não foram implantadas. Por exemplo, a adutora da comunidade do Mandacaru, para os quintais produtivos (de 25m por 50m). No início, promessas de muitas parcerias, muitos planos, e na hora da execução, ficou apenas o Governo do Estado.
9	É urgente a conclusão dos projetos produtivos do Mandacaru, Curupati e Alagamar.
10	O projeto funcionar rapidamente. Implementar o que falta. O estábulo as estradas internas do projeto, eletrificação, fazer os piquetes, 16 vacas para 3 hectares, currais, etc.
11	Uma coisa que deveria ter sido maior era o compromisso dos governantes. O porte da barragem poderia ser menor. Foi condenado no tribunal internacional da água, evento realizado em Florianópolis de 25 a 30 de 1993.
12	Nada a acrescentar.
13	Doze anos depois houve um desrespeito ao projeto. Houve uma desconsideração ao plano diretor, que foi participativo e aprovado pela Câmara, se tornando lei. Hoje, esta havendo uma expansão desordenada sem obedecer às diretrizes de uso e ocupação do solo no plano diretor. Na parte de saneamento básico existe expansão residencial sem o atendimento de água e esgoto, ocorrendo soluções individuais de captação de águas e lançamentos de esgotos a céu aberto. Por exemplo: na administração do prefeito “Bacurau”, por considerar a conta de energia muito alta, mandou reduzir a potência da iluminação pública e cortou os

	portes e baixou. Transformou praças em loteamentos (2 ou 3). Expandiu a ocupação causando problemas de saneamento.
14	Nada a acrescentar.
15	O Castanhão trouxe água armazenada em grande quantidade. É preciso espalhar estas águas pelo território do estado do Ceará, através de uma gestão eficiente. Por outro lado, é necessário que uma reserva estratégica de água seja criada, no caso da transferência de água do rio São Francisco para o estado do Ceará, dando total garantia as nossas demandas atuais e futuras.
16	<p>Analisar o reassentamento da população urbana de Jaguaribara, os seus sucessos e fracassos para a qualidade de vida da população, exige que se conheça, não só onde vivem hoje, mas, também de onde vieram. A cidade de Jaguaribara que eu conheci, no início do trabalho, era uma cidadezinha estagnada no tempo e no espaço. Não tinha ônibus que lá chegasse, e para acessá-la só de carro, que eram bem poucos os moradores que possuíam, ou descendo na BR a aproximadamente 18 km e esperando uma carona. Não possuía quase nada de saneamento básico e, por isto, eram frequentes as doenças de veiculação hídrica. A maioria da população sobrevivia de aposentadoria rural. O comércio era incipiente. Não havia meios de hospedagem, ficávamos em uma casa cedida pela prefeitura, só havia 2 “restaurantes” com no máximo 4 mesas. As moradias eram conjugadas e reclamava-se da falta de ventilação, claridade e privacidade (ouviam a vida dos vizinhos). A vida social se concentrava na ida à missa e nas rodinhas de cadeiras na calçada. Eram frequentes, principalmente para os homens jovens, as viagens de ida sem volta, para São Paulo. Como dizia a mãe da gente “era sem futuro”. Dizem que já havia sido uma cidade próspera e algumas edificações existentes pareciam confirmar isto: um grande armazém da CIBRAZEM em ruínas, um posto de resfriamento de leite da Bethânia, uma boa agência do Banco do Brasil onde funcionava apenas um posto de serviço para pagamento de aposentadorias... Dizem que o Castanhão destruiu a cidade muito antes de alagá-la, pois quando passou a ser discutido com mais consistência refreou qualquer investimento sobre a terra afetada. Sem investimento, sem produção, sem emprego... Teria que estudar mais fundo seu investimento para confirmar ou não este processo. Era também uma cidade tranquila, quase sem criminalidade. Havia uma sensação de segurança entre os seus membros, havia mais interação entre os moradores. O banho de rio, não importa se poluído ou não, era uma delícia, de manhazinha, com as mulheres lavando roupa e os meninos brincando. A memória, às vezes, prega peças e às vezes a bondade que vemos em alguma coisa não é inerente a ela, mas ao que éramos quando a vivenciamos. Acho que do ponto de vista</p>

	material é isto o que sentem os reassentados da Nova Jaguaribara, saudade deles mesmos mais jovens, mas esperançosos, menos sofridos.
18	Lamento o movimento de oposição ao prefeito. Gostaria de maior incentivo para o trabalho, com a criação de oportunidades, o povo não quer trabalhar. Jovens só querem roubar, matar e se drogar.
19	Projeto Mandacaru que previu uma produção de 20000 litros de leite por dia a 12 anos, até agora, não se consolidou. Aos poucos foi implantada a produção de capim e a construção de estábulo. A irrigação está em funcionamento, mas falta o gado.
20	Houve por parte da administração municipal anterior, um desrespeito ao plano diretor, com construções fora dos padrões. Como também, houve um decréscimo na oferta de serviços a população.
21	Nada a acrescentar.
22	Nada a acrescentar.
23	Hoje, ainda sou muito indignado com Jaguaribara. Perdemos a maioria de nossas terras e o Castanhão fica no Alto Santo. Faltou mais compromisso dos políticos e governo com a população.
24	Estão em situação melhor, embora tenhamos passado muito tempo ociosos devido ao retardamento dos projetos. Isso causou um problema social que se agrava a cada dia com o tráfico que é muito forte na área.
25	Que o governo tome as devidas providências o mais rápido possível, se quiser reverter o cenário atual de pobreza e criminalidade. Temos fé que nossos netos alcançarão o desenvolvimento prometido.

Fonte: Autora (2014).

Para a maioria, do ponto de vista técnico e político, tudo correu de maneira satisfatória, classificando-se como um projeto bem sucedido.

Com relação à população, a maioria entende que o processo foi concluído com êxito, mas lamentam a perda de suas raízes e de sua história.

A população tinha uma forte ligação com o rio, que era área de lazer e grande polo de interação social. O velho hábito de sentar à calçada foi abandonado em função da estrutura espacial da nova cidade. Além disso, muitos aspectos deixaram a desejar, com projetos, até hoje, inacabados, existindo muitas pendências dentre benefícios acordados e não realizados.

Uma resposta de um entrevistado demonstra bem o sentimento de uma parcela da população reassentada: “Dizem que já havia sido uma cidade próspera e algumas edificações existentes pareciam confirmar isto. Um grande armazém da CIBRAZEM em ruínas, um posto de resfriamento de leite da Bethânia, uma boa agência do Banco do Brasil, onde funcionava apenas um posto de serviço para pagamento de aposentadorias. Dizem também, que o Castanhão destruiu a cidade muito antes de alagá-la, pois quando passou a ser discutido com mais consistência refreou qualquer investimento sobre a terra afetada, sem investimento, sem produção, sem emprego. Era também uma cidade tranquila, quase sem criminalidade. Havia uma sensação de segurança entre os seus membros, havia mais interação entre os moradores. O banho de rio, não importa se poluído ou não, era uma delícia de manhazinha com as mulheres lavando roupa e os meninos brincando.”

A falta de segurança, a disseminação do uso de drogas, a desagregação de famílias, a descontinuidade dos programas da prefeitura na gestão anterior, má gestão da coisa pública, falta de liberdade em função da insegurança, roubos ociosidade dos jovens são aspectos negativos apontados.

Outro aspecto apontado foi quanto ao desrespeito ao Plano Diretor aprovado, após a conclusão do projeto e a saída do Estado, ocorrendo construções irregulares em áreas de lazer, como praças e outros locais não apropriados.

Foi praticamente unânime a opinião dos entrevistados de que o processo participativo foi eficiente e muito bem conduzido, dando voz e vez à população no Grupo Multiparticipativo. Outro aspecto positivo foi no que concerne à infraestrutura da cidade, com ruas largas, saneamento básico, condições habitacionais, equipamentos urbanos e serviços de educação e saúde.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os instrumentos utilizados na pesquisa forneceram uma grande riqueza nas informações, dando uma boa visão sobre o processo a que a população foi submetida, como também, a interpretação do pessoal ligado ao corpo técnico e político. Com base na análise dos resultados da Oficina Participativa e das entrevistas, pode-se concluir que houve a efetiva participação da população no processo de reassentamento da Nova Jaguaribara.

O Grupo Multiparticipativo de Acompanhamento das Obras do Castanhão, criado pelo governo do Estado, teve um papel fundamental para a efetiva participação da população. Por outro lado, a Associação dos Moradores de Jaguaribara foi da maior importância na condução da defesa dos interesses da população.

Como conquista os pesquisados foram unânimes em reconhecer como positivo o fato da cidade ter sido planejada, ressaltando a existência de ruas largas, equipamentos modernos, e ser totalmente saneada; a qualidade das casas bem melhor do que as antigas. Isso reflete numa grande melhoria na qualidade de vida da população. No setor produtivo foi ressaltado o avanço na piscicultura e do potencial turístico a ser explorado.

No entanto, a não continuidade da mobilização da sociedade, seja pela associação dos moradores, seja pelas secretarias de ação social e educação do município e do Estado, resultou no comprometimento em muitas dessas conquistas. O plano diretor elaborado participativamente e aprovado pela câmara municipal foi totalmente descaracterizado pouco tempo após a conclusão da cidade. Assim, ocorreu o crescimento desordenado da cidade com a expansão de residências sem o atendimento dos serviços básicos, bem como, a ocupação de praças. Também foram descaracterizadas peças do mobiliário urbano (por exemplo, a iluminação pública). A população não foi contemplada com medidas mitigadoras adequadas para minimizar os efeitos da perda do referencial histórico, da cultura e dos costumes.

A não implementação de grande parte dos projetos produtivos e de recuperação de renda nos diferentes segmentos da população, produtores rurais, e

especialmente os jovens, teve como consequência o seu empobrecimento, onde muitos consumiram o que já tinham acumulado, e, com relação aos jovens, o aumento da violência, consumo de drogas e criminalidade.

Como problema principal de todo esse processo de reassentamento, destaca-se a inexistência de políticas públicas integradas nas diversas instâncias governamentais, sejam federal, estadual ou municipal, que proporcionem o suporte necessário à sustentabilidade do projeto.

Com base nos pontos levantados, recomendam-se como programas/ações prioritárias, os seguintes:

- Revisão do plano diretor do município, promovendo-se a urbanização das áreas com ocupação irregular, e implementação de instrumentos que garantam o cumprimento da lei de uso e ocupação do solo de acordo com o plano diretor;
- Implementação ou conclusão dos projetos socioeconômicos previstos e não viabilizados;
- Implementação de programas de combate à violência e uso de drogas;
- Implementação de programas de emprego e renda visando especialmente a população jovem;
- Implementação de projetos para incrementar a exploração do potencial turístico, da piscicultura, agricultura irrigada e beneficiamento da produção.
- As medidas mitigadoras devem ser adotadas em tempo hábil, minimizando a desestruturação familiar e o sofrimento das pessoas atingidas;
- Suporte aos reassentados no Assegurando-os a sustentabilidade dos avanços econômicos, sociais e participativos visando o alcance da autossuficiência.
- Fomentar a formulação e implementação de políticas públicas federais, estaduais e municipais integradas visando à sustentabilidade dos projetos públicos em geral, em particular dos projetos de reassentamento, em função da construção de obras hídricas.

REFERÊNCIAS

- BANCO DO NORDESTE. **Manual de Impactos Ambientais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.
- BEZERRA, V. M. J.; MOORIAG, H. **Oficinas de Planificação (Manual)**. Fortaleza: PRORENDA\RURAL – CE, Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, 1998.
- CHANDLER, W. U. **Desenvolvimento e Mudança Ambiental**. Economic Impact (Desenvolvimento Econômico e o Meio Ambiente: Questão de Cúpula de Houston. [s.l.], edição em português, n. 71, p-18-24, 1990.
- COGERH. **Encontro de Capacitação dos Membros do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe**, Apostila de Textos. Jaguaribara, 2011.
- COSTA, C.; ROCHA; G.; ACURCIO, M. **A Entrevista**. Coimbra: Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 2005
- DNOCS. Consorcio Hidroservise-NORONHA,. **Projeto Executivo do Açude Castanhão**, Fortaleza: Dnocs,1994.
- FASSAERT, C. **Diagnósticos participativos com enfoque de gênero**. Agroflorestería em las Américas, v. 7, n.25, p.33-38, 2000.
- FERREIRA, M. de O. CORTEZ, M.E.S., DA SILVA, S.R. **A Importância do Planejamento Participativo para a Conservação dos Recursos Naturais**. In: XI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. UPF – RS, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – SEINFRA. **Plano de estruturação Urbana da cidade de Jaguaribara**. Fortaleza, 2001, 112p.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - **Nova Jaguaribara - Plano de Mudança**. Fortaleza, 2001.
- KLIKSBERG, B. Seis teses não-convencionais sobre participação. **RAP**, v. 33 (3), p. 07 – 37, 1999.

LIMA, F. P. F. **Castanhão: do sonho à realidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007, 273p.

MASSON, I. **A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2004

MONTE, F. S.; PAULA, L. A. M. de. **Qualidade de vida em assentamentos rurais: análise da situação alimentar**. In. XIV Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Fortaleza. Anais..., p.121-124, 1997.

MOTA, S. **Gestão ambiental de recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Abes, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA. **Histórico de Jaguaribara. Final do século XVIII a 2009**. Jaguaribara, 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - SEDUMA. **Plano Físico e Social de Relocação e Reassentamento das Famílias Beneficiárias do Projeto Integrado Vila**. Brasília, DF: 2008.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO CEARÁ. **Nova Jaguaribara: Uma Medida Mitigadora de Impactos Sociais e Humanos do Castanhão**. Fortaleza, 2000.

SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ. **Atlas Eletrônico** (digital), Fortaleza/SRH, 2014.

_____. **Manual do Expropriado - Tirando Dúvidas**. Germana de Matos Góes Giglio. Fortaleza, 2000.

_____. **Manual Operativo Para Reassentamento**. Fortaleza, 1999.

SRH/PROGERIRH. **Relocalização e Reassentamento no Ceará**, Relatório Provisório. Fortaleza, 1998

SILVA, U.P.A. **Conceitos Básicos sobre Gestão dos Recursos Hídricos**, COGERH, 2011.

TEIXEIRA, F.J.C. **Modelos de Gerenciamento de Recursos Hídricos: Análise e Propostas de Aperfeiçoamento do Sistema do Ceará.** Banco Mundial e Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2004.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP.** Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

MASSON, I. **A Gestão Ambiental Participativa: possibilidades e limites de presença de múltiplas relações.** UFSCC, (dissertação de mestrado), 2004.

VILELA L. R. F^o. **Gestão Participativa De Projetos: Análise das Publicações** Abordando Projetos de Desenvolvimento Rural XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial. MG, 2011.

ANEXOS

JAGUARIBARA ANTES E DEPOIS:

Fonte: Fotos obtidas do Documento “Histórico de Jaguaribara. Final do Século XVIII a 2009” - Prefeitura Municipal de Jaguaribara, Jaguaribara, 2009.

- Fotos da cidade de Jaguaribara antiga

Prefeitura



Mercado público



Praça



Lavadeira no rio



Rio local de lazer



Monumento no local onde morreu Tristão Gonçalves



Mudança dos Santos para as novas igrejas - 21 de junho de 2001



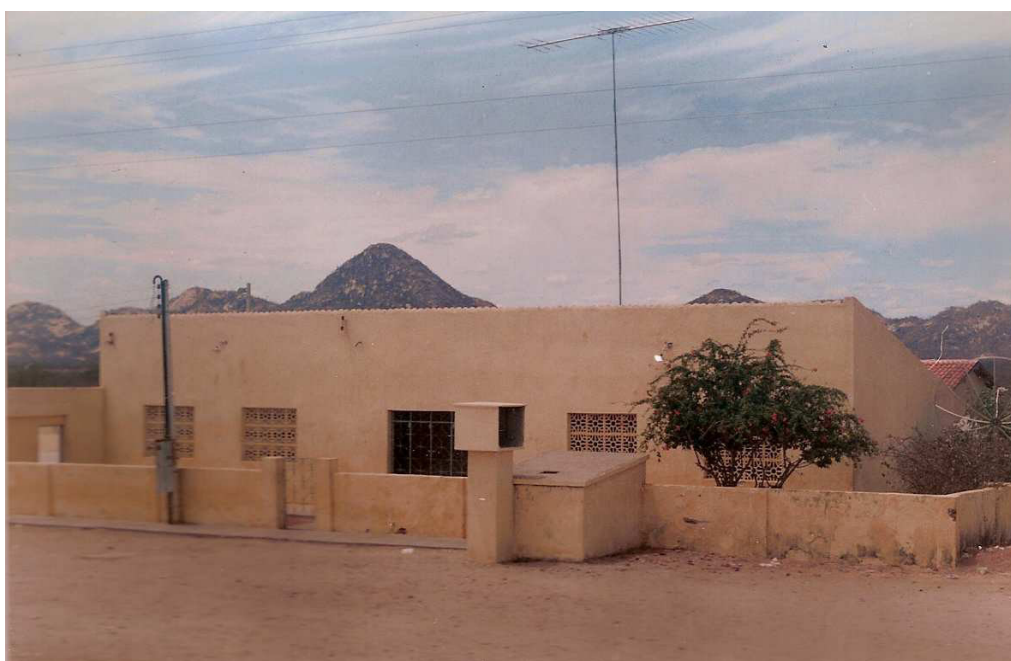
Carreata para transporte das imagens da igreja para a nova cidade



Parte da velha cidade com construções antigas



Escola





Residências da antiga Jaguaribara





FOTOS DA NOVA CIDADE

Vista aérea



Vila olímpica



Centro Administrativo



Casa do Cidadão



Igreja evangélica



Igreja reconstituída idêntica à original na velha cidade





Vista da Nova Jaguaribara - 2001



Vista aérea de Nova Jaguaribara

